



REVISTA DIALÉTICA

VOLUME 1 / Ano 1 / N° 1 / FEVEREIRO 2011

Revista do Centro de Estudos Sociais e Sindicais da Bahia

REVISTA DIALÉTICA

Ano 1 / N° 1 / 2011

Conselho Editorial

Ricardo Moreno (editor)
Milton Barbosa
Ilka Bichara
Muniz Ferreira
Milton Pinheiro
João Augusto
Jéferson Braga
Olival Freire
Renildo Souza
Elias Ramos
Elias Dourado
Ubiratan Castro de Araújo
Flávio Gonçalves
Jorge Wilton
Audrin Castellucci
Gisélia Souza
Augusto Vasconcelos
Nilton Vasconcelos
Ângela Guimarães
Caio Botelho
Urano Andrade
Ana Guedes
Antonio Barreto

Centro de Estudos Sociais e Sindicais da Bahia - CES-Bahia

Rua Teodoro Sampaio n-150
CEP: 40070-150
Salvador - BA

CNPJ - 09056525/0001-13

www.revistadialetica.com.br

DIALÉTICA / Centro de Estudos
Sociais e Sindicais da Bahia - v.1, n.1
(2011). Salvador.

ISSN 2317-1391

1. Dialética I. Centro de Estudos
Sociais e Sindicais da Bahia

REVISTA DIALÉTICA

VOLUME 1 / Ano 1 / Nº 1 / FEVEREIRO 2011

Revista do Centro de Estudos Sociais e Sindicais da Bahia

.....
SUMÁRIO
.....

ARTIGOS

O fim do regime de Bretton Woods como reação do Império Norte-Americano Marcelo Pereira Fernandes	6
Quilombo Contemporâneo Thilyany Souza.....	12
Somos Diferentes – Somos Iguais: construção e desconstrução do conceito raça. Thilyany Souza.....	19
A atualidade de “O capital” – 142 anos depois Sérgio A. M. Prieb.....	27
Regime autoritário e música popular brasileira: Uma alternativa de protesto Urano Andrade.....	38
America Latina hoje: Elementos para uma interpretação Muniz Ferreira.....	43

RESENHAS

Marx: interprete da contemporaneidade. Ilka Dias Bichara.....	50
A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo Milton Prineiro.....	52

ESPAÇO MARX

FSMT Salvador inaugura debate sobre a atualidade do Marxismo e a Nova Luta pelo Socialismo Antonio Barreto.....	55
---	----

MANIFESTO

O século XXI nasceu com a promessa da uniformização dos costumes e do pensamento, uma resposta à crise de modelos, condenados após a débâcle das experiências políticas do Leste Europeu e, a conseqüente crise de paradigmas que se seguiu a qualquer tentativa de construção de uma interpretação racional com sentido diacrônico e sistêmico das relações humanas, seja social ou natural. Seriam esses tempos da vitória de uma anarquia organizada em que as modernas formas de comunicação fariam penetrar a lógica ilógica de um pensamento dominante e único, que funcionaria como mecanismo de alteração das particularidades de culturas locais, adequando-as à sanha da seita do Deus Mercado?

A livre circulação de capitais e negócios, consagração dos cardeais conspirativos da sociedade de Mont Pelerim chegou a movimentar promessas impressas em papéis de valor nominal até dez vezes mais do que a riqueza real produzida. Seria o fim da História, como chegou a profetizar Fukuyama? - O mundo planejado e guiado de acordo os relatórios da CIA, contraditoriamente traria como slogan a liberdade despreziosa e alienada exposta pelo espírito juvenil norte americano marketizado pelo cinema fútil e milionário. A garantia de sucesso desta bilheteria de espetáculo unipolar teria como seguro cada invasão gerada pela histeria anti-terrorista.

Mas a roda da vida insiste em rodar, e vinte anos após a derrubada do muro de Berlim o peão inquieto apresenta suas surpresas em forma de novidade, desta vez traz como ápice o significado da esquina a ser dobrada à queda descontrolada dos papéis especulativos gerando uma orfandade intelectual a sacerdotes planetários do capitalismo moderno tal qual o Senhor Greenspan. Das cinzas a Phênix traz consigo nomes como Keynes ou mesmo Karl Marx.

O reino dos desesperados capitalistas há muito vem alimentando outro tipo de Catedral, o do fundamentalismo religioso, que não tem se limitado ao seu papel de velho flagelo, mas, retoma certa inspiração intelectual ressuscitando teses como a concepção criacionista da existência. É só observar como cada vez mais, nas disputas políticas, os homens que pedem o voto do eleitor fazem questão de exibir a sua rendição humilde aos céus, é como se este ritual fosse obrigatório para a cartilha dos merecedores do crédito público.

Apesar disso, na América Latina, a lógica conservadora tem sido contrariada devido a ascensão de governos de configuração anti-neoliberal. Talvez uma resposta política das formas de existência locais que insistem em sobreviver meio ao avanço de uma cultura e de uma economia global dominante cuja existência confunde as diferentes formas de tradução da relação do homem com a natureza.

Meio a estas respostas práticas crescem os ecos dos que clamam ao respeito às

diferenças de cultura e de outras naturezas. Avançam como conseqüências do processo de hominização, e com este, o difícil exercício da alteridade não deve limitar o exercício do senso crítico, ao contrário, propõe-se este como mediador na construção de um mundo verdadeiramente plural.

Se é verdade que a ciência não se constitui no único meio de acesso a compreensão da realidade, esta forma de conhecimento se destaca pelo seu caráter investigativo e factual, baseia-se na experimentação, e não em um mero exercício de fé daquilo que advém do sobrenatural de forma inspiracional.

Refletindo a possibilidade de articulação de um amplo debate, arrojado e avançado, que meio a todas estas lacunas de referências mais acabadas com relações a questões que se colocam distantes de estarem satisfatoriamente contempladas pelo mundo do pensamento e, fazendo frente ao recrudescimento do reacionarismo teórico, é que se apresentamos este palco de livre desfile de idéias que possam ir além das explicações metafísicas da natureza, do irracionalismo teológico, do cabalístico simplificador ato de perpetuação do sistema em curso.

Propõe-se uma revista que seja dialógica, para que se torne mesmo dialética. Isto por que as coisas não se resumem a uma mera relação de causa e efeito, por que a História não se explica tal qual se soluciona uma mera equação de primeiro grau, mas entender a realidade seria mergulhar em um universo de probabilidades em que um infinito conjunto de fatores se intercala e de onde a metamorfose permanente seria a metáfora perfeita para enterrar as pretensões daqueles que acreditam poder eternizar de forma anacrônica a reprodução material e imaterial de qualquer existência.

Aqui estaremos aquecendo o debate das mais amplas formas de conhecimento científico, englobando as ciências formais e factuais, sejam naturais ou sociais. Artigos, resenhas, debates de teses não estarão em pauta para pretenderem responder ao conjunto das inquietações, mas ao contrário, dentro do exercício da problematização constante, pretendemos sim abalar as inflexíveis certezas existentes.

Pela valorização da razão!

Pela valorização de uma ciência investigativa e dialética!

Pelo exercício da alteridade, sem perda do senso crítico!

A dialética se apresenta eletrônica, para provar que é possível apropriar-se do mundo tecnológico, governando-o, pois, ainda é o cachorro quem balança o rabo!



O FIM DO REGIME DE BRETTON WOODS COMO REAÇÃO DO IMPÉRIO NORTEAMERICANO

.....
Marcelo Pereira Fernandes ¹
.....

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o fim do regime monetário de Bretton Woods a partir de uma ótica que coloca em evidência o papel do Estado norte americano neste acontecimento. O artigo mostra que as origens do fim do padrão dólar-ouro foram, em grande parte, resultado das próprias políticas de reconstrução da Europa definidas pelos Estados Unidos em razão da guerra fria e da sua estratégia em manter sua posição hegemônica dentro do sistema monetário internacional.

Palavras-chave: Bretton-Woods, padrão-monetário, guerra-fria

Uma das explicações correntes sobre a crise que levou o fim do regime monetário de Bretton Woods refere-se à combinação de dois fatores. Em primeiro lugar, o forte aumento da circulação de dólares devido aos sucessivos déficits no balanço de pagamentos dos Estados Unidos após a Segunda Guerra. Em segundo lugar, o crescimento exponencial do mercado de Eurodólares na segunda metade dos anos 1960, levando ao aumento desordenado da liquidez internacional fora do controle do Fed. Supõe-se então que esses dois acontecimentos criaram um excedente de dólares incompatível com a quantidade de ouro disponível no Fort Knox que deveria servir de lastro para o dólar. Diante disso, em agosto de 1971, incapaz de conter a especulação no mercado cambial, o governo Nixon teria sido obrigado pelos mercados a abolir o acordo que previa a conversibilidade do dólar em ouro.

Conforme tentarei demonstrar, um dos problemas dessa análise é que ela superestima o papel dos mercados nos acontecimentos que levaram a quebra do acordo de Bretton Woods. Por essa interpretação, o governo norte americano teria ficado refém do poder avassalador dos capitais privados multinacionais.

O objetivo deste artigo é analisar brevemente o período entre o estabelecimento do acordo (1944) até a sua quebra (1971-1973), mostrando que as causas do fim do padrão dólar-ouro foram, em grande parte, consequência das próprias políticas de reconstrução da Europa definidas pelos Estados Unidos em razão da guerra fria e da sua estratégia em manter a todo custo sua posição hegemônica dentro do sistema monetário internacional.

Além desta introdução o artigo está organizado da seguinte forma: na segunda seção serão analisadas as condições sobre a qual o acordo de Bretton Woods foi realizado; na terceira seção será mostrado como a guerra fria moldou a política externa do governo norteamericano, e como estas mesmas tiveram influência decisiva na quebra do acordo de Bretton Woods.

Por fim, na última seção, as considerações finais.

O ACORDO

A Segunda Grande Guerra não havia terminado quando 44 países decidiram se reunir entre 1º e 22 de julho de 1944 em Bretton Woods (New Hampshire) a fim de construir um novo padrão financeiro internacional capaz de promover a estabilidade econômica no pós-guerra. No entanto, o número de países é menos representativo do que se imagina. Às vezes não se leva em conta que, de todos aqueles reunidos, apenas dois, Estados Unidos e Inglaterra, tinham condições efetivas de influir nas decisões do encontro, sendo que o primeiro estava numa posição muito superior,

pois a guerra, com exceção do ataque japonês em Pearl Harbor, foi travada fora do seu território.

Os países do Eixo (Alemanha, Japão e Itália) evidentemente não estavam representados. A França ainda permanecia sob ocupação alemã e grande parte da Europa estava devastada pela guerra. A ex-URSS participou marginalmente das negociações e os países menos desenvolvidos tinham pouca influência no cenário internacional.

Na Conferência de Bretton Woods, o governo norteamericano objetivava trazer à tona uma nova ordem econômica e financeira que, de fato, já estava na sua pauta desde o fim da Primeira Guerra Mundial; ou seja, uma ordem baseada no livre comércio e na plena liberdade de movimentação de capitais. Porém, nem tudo saiu como o planejado (HELLEINER, 1994).

Duas propostas estavam colocadas na reunião: a proposta da delegação britânica defendida por John Maynard Keynes e a dos Estados Unidos, apoiada por Harry Dexter White ². Keynes, que presidiu a mesa de negociações, já era então um dos mais influentes economistas do mundo. A sua proposta visava à criação do International Clearing Union (ICU), uma entidade composta pelos bancos centrais dos países representados que ficariam com o compromisso de registrar e compensar todos os pagamentos internacionais a partir do bancor, a unidade monetária a ser criada com esta finalidade (SKIDELSKY, 2005). O bancor seria um tipo de moeda mundial, não controlado por nenhum país específico e que, esperava-se, geraria maior harmonia nas relações entre as nações. O ICU funcionaria como um banco central supranacional podendo conceder crédito aos países associados que estivessem em dificuldades no seu balanço de pagamentos. Além disso, pela proposta britânica, seria permitido aos países adotar restrições cambiais e comerciais sempre que necessário para tornar compatível o pleno emprego com o

equilíbrio nas contas externas (EICHENGREEN, 2000). Keynes considerava vital o controle dos fluxos de capitais de curto prazo, o que estava de acordo com a intenção de manter a estabilidade cambial e de evitar movimentos especulativos via conta capital do balanço de pagamentos. As taxas de câmbio deveriam ser fixas, porém ajustáveis.

Na réplica norteamericana, a proposta de Harry White mantinha o ouro como meio de pagamento internacional, entretanto, apenas o dólar teria seu valor diretamente fixado em ouro (US\$ 35 por onça de ouro).

Os demais países fixariam o valor de suas moedas a partir do dólar e manteria a paridade fixa, o que deixava o dólar numa posição singular no novo arranjo. Os Estados Unidos fizeram prevalecer seus interesses na maior parte dos princípios acordados. Na prática, a única proposta que os ingleses conseguiram emplacar foi aquela que Keynes não abriu mão: o controle de fluxo de capitais de curto prazo. A estabilidade das taxas de câmbio era concebida como peça fundamental do novo arranjo, uma vez que, as desvalorizações competitivas (a política do *beggar my neighbor*) adotadas pós crise de 1929 foram consideradas como uma das causas que provocaram a Segunda Guerra Mundial³ (BORDO, 1993). Do mesmo modo, havia certa desconfiança quanto ao papel das finanças internacionais no desencadeamento da Grande Depressão no entre guerras; em razão disso existia um forte apelo à criação de um sistema financeiro que colocasse um fim nos efeitos nefastos das taxas cambiais flutuantes e da sua *destabilizing speculation*. Ao invés do ICU, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI) para administrar o sistema internacional de pagamentos. Mais limitado, o FMI deveria promover a cooperação monetária e proporcionar auxílio aos países que enfrentassem dificuldades nas suas contas externas.

Na Conferência ficou estabelecido que

problemas no balanço de pagamentos não poderiam ser resolvidos através da restrição dos fluxos de comércio entre os países, e eventuais mudanças nas paridades cambiais precisariam ser acordadas de forma cooperativa. O FMI acataria a mudança na taxa de câmbio se o desequilíbrio a ser corrigido estivesse na conta de transações correntes, sobretudo na balança comercial. O acordo previa a possibilidade de variações no valor das moedas que não ultrapassassem +/- 1% dos níveis estabelecidos em relação ao dólar para corrigir o desequilíbrio na conta. Poderiam ocorrer casos em que a desvalorização devesse ser maior: variações superiores a 1% e inferiores a 10% o país se comprometia a comunicar formalmente, e para variações superiores a 10%, apenas com a autorização do FMI⁴. Nesses casos, somente seriam permitidos os países que estivessem em estado de “desequilíbrio fundamental”⁵. Evidentemente, o dólar era a única moeda que não poderia sofrer ajustes, sem colocar em risco a ordem monetária internacional estabelecida.

Nos círculos da grande finança de Wall Street, tanto a criação do FMI quanto o controle dos fluxos de capitais foram considerados um passo atrás na busca de uma ordem liberal como nos tempos do padrão-ouro. Como relata MOFFITT (1994), a idéia de que os Estados Unidos iriam bancar uma instituição internacional que disputasse o monopólio dos bancos no mercado internacional de crédito sofreu a repulsa dos grandes bancos sediados em Nova Iorque⁶. Os banqueiros abominavam a idéia de ter que dividir seu poder sobre o crédito internacional com uma instituição financiada pelo governo norteamericano. Além disso, na visão desses banqueiros, o FMI poderia incentivar a irresponsabilidade fiscal na medida em que os países em dificuldades no seu balanço de pagamentos teriam direito a obter crédito oficial do novo Organismo.

DA AJUDA AOS ALIADOS A QUEBRA DO ACORDO

Inicialmente, o plano dos Estados Unidos visava impedir que as nações derrotadas alcançassem um desenvolvimento que pudesse voltar a confrontar novamente as grandes potências. A idéia era desmembrar a Alemanha e transformá-la numa nação eminentemente agrária (WACHTEL, 1988). Destino semelhante esperava pelo Japão. Segundo TORRES FILHO (2000), o plano norteamericano pretendia castigar severamente o povo japonês por sua “aventura militarista”, impedindo que o Japão tirasse qualquer benefício da nova ordem internacional. Mas tudo mudou após o início da guerra fria. A partir de então a política externa norteamericana assumiu como prioridade o desenvolvimento de seus aliados na Europa e na Ásia, como ficou consubstanciado na aprovação do Plano Marshall em 1947, na dispensa das reparações de guerra e no cancelamento de parte das dívidas. A idéia de uma economia pós-guerra de livre comércio e livre movimentação de capitais mostrou-se inviável. Nos anos seguintes houve tolerância e apoio dos Estados Unidos aos seus aliados em relação a medidas protecionistas (subsídios às exportações e restrições às importações americanas), desvalorizações cambiais e abertura às importações a termos vantajosos, ainda que tais medidas tornassem seu comércio externo menos competitivo. Os Estados Unidos também promoveram volumosos investimentos e missões de transferência de tecnologia.

Enfim, a gestão econômica internacional desse período garantiu o crescimento e um alto nível de emprego, ficando conhecido como a “idade de ouro” do capitalismo. Por isso, conforme apontou BELLUZZO (2004), pode-se afirmar que durante esse período a hegemonia dos Estados Unidos foi exercida de forma benigna.

Essa política traduziu-se na rápida

recuperação do comércio externo dos países aliados e o forte aumento das importações norteamericanas. Como consequência, o superávit na conta de transações correntes dos Estados Unidos foi diminuindo até que em 1971 apresentou seu primeiro déficit.

À medida que o fortalecimento dos países aliados se consolidava, surgiam questionamentos quanto à liderança norteamericana. A partir de fevereiro 1965, a França passou a questionar fortemente o papel do dólar como meio de pagamento internacional, a ponto de reclamar do exorbitante privilégio que os Estados Unidos alcançaram no sistema monetário internacional. Afirmando que não estaria mais obrigado a aceitar a moeda norteamericana, a França passou a trocar seus dólares excedentes pelo ouro de Fort Knox⁷. Ainda no final dos anos 1960, os Estados Unidos e a Inglaterra encetaram a desregulamentação dos seus mercados financeiros. Conforme HELLEINER (1994, p.106), as autoridades norteamericanas passaram a defender a liberalização do mercado financeiro internacional como forma de encorajar o comércio mundial e o bem-estar dos países.

No início dos anos 1970, o governo norteamericano enfrentava o seguinte dilema: precisava recuperar a competitividade de sua economia, mas não podia desvalorizar o dólar sem quebrar a disciplina da regra de Bretton Woods. Primeiramente, buscou-se convencer os demais países a valorizarem suas moedas de forma coordenada; assim, o dólar seria desvalorizado sem que o preço oficial do ouro em dólar variasse. Os aliados, em especial Alemanha e Japão, que realmente mantinham suas taxas de câmbio desvalorizadas, não aceitaram. Por outro lado, os Estados Unidos brecharam todas as propostas de reforma monetária que restringisse o papel do dólar no sistema monetário internacional.

No dia 15 agosto de 1971, diante

das pressões protecionistas por parte do Congresso, do declínio relativo da sua competitividade e sem conseguir alcançar qualquer acordo com os países aliados, o presidente Richard Nixon optou pela ruptura unilateral da conversibilidade em ouro do dólar (SERRANO, 2004). Para completar, instituiu controles internos de preços e salários e fixou uma tarifa externa sobre todas as suas importações, que seriam conservadas até que os aliados chegassem a um novo acordo.

Imediatamente ao fim do padrão dólar-ouro, intensas negociações foram realizadas para reestruturação do sistema monetário internacional e a estabilização do dólar. No final de 1971, num encontro dos dez países capitalistas mais industrializados (G-10) em Washington, foi aprovado o Smithsonian Agreement, no qual o dólar foi desvalorizado em 8,6%, numa tentativa de salvar o regime de Bretton Woods. O então presidente norte-americano Richard Nixon afirmou na ocasião que esse foi o mais importante acordo monetário da história mundial. Mas já em meados do ano seguinte, com as novas pressões especulativas contra o dólar e a libra esterlina, foi criado o Comitê dos 20 com o intuito de chegar a um novo acordo para o sistema monetário internacional. As discussões duraram até junho de 1974 com a publicação do relatório *Outline of Reform* que foi considerada muito aquém do esperado (Gonçalves et al, 1998).

A gigantesca especulação no mercado cambial tornou aquilo que poderia ser visto como um expediente temporário, as taxas de câmbio flutuantes, na *débâcle* completa do sistema de Bretton Woods que só foi formalmente declarado extinto por ocasião do colapso do Smithsonian Agreement em 1973. Apenas em 1976, numa Conferência realizada em Kingston (Jamaica), o FMI alterou seus estatutos e ficou acertada a legitimação da flutuação do câmbio e a

abolição do preço oficial do ouro, na qual cada país membro teria liberdade para administrar sua taxa de câmbio. Como se sabe, não houve qualquer acordo que substituísse o padrão dólar-ouro por algum outro arranjo. Simplesmente constituiu-se um compromisso, um tanto vago, para que os países zelassem pelo adequado funcionamento das relações monetárias internacionais através de políticas econômicas internas que conduzissem a estabilidade da moeda. De fato, o sistema financeiro internacional passou a conviver com taxas de câmbio flutuantes, sempre conservando a hegemonia do dólar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A justificativa imediata dos Estados Unidos para romper com o acordo de Bretton Woods baseou-se no argumento de que o seu desequilíbrio externo era determinado por práticas comerciais desleais dos países europeus e do Japão (GOWAN, 2004). Mas hoje está claro que o alcance desta decisão crucial do Estado norte-americano foi muito maior do que se poderia imaginar na época. O desenrolar das décadas seguintes demonstrou que o fim do padrão dólar-ouro não foi uma derrota do capitalismo norte-americano, nem se tratou de uma imposição natural dos mercados, mas sim de uma política estratégica bem articulada. Daí surgiu um novo padrão monetário, o chamado dólar flexível, inédito na história das relações internacionais, e ainda mais vantajoso para os Estados Unidos. Este acontecimento também marca a volta da grande finança ao centro do poder mundial, numa espécie de *revanche* contra aqueles que lutaram contra a liberdade dos capitais no período de Bretton Woods. Isso ficou evidente nos anos 1990 quando a vitória do neoliberalismo parecia incontestável e o dólar se configurou como a moeda da globalização financeira.



Notas

1. Doutor em economia pela UFF/RJ.
2. White foi assessor técnico do departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Curiosamente foi taxado de comunista e perseguido pela justiça. White teve como um dos seus “inquisidores” o então senador republicano, Richard Nixon.
3. Os países podem tornar suas exportações mais competitivas através da desvalorização do câmbio. O problema surge quando os outros países seguem nesta mesma direção. Os Estados Unidos não apenas se utilizaram deste expediente no entre guerras, como também de políticas tarifárias. Cf. também De Cecco (1979).
4. O FMI deveria decidir dentro de 72 horas a aprovação ou não da mudança na taxa de Câmbio Caso o FMI não aprovasse, a insistência na variação no câmbio poderia acarretar a expulsão do membro (BORDO, 1993, p.26).

5. A conceituação precisa sobre o que seria o “desequilíbrio fundamental” não foi explicitado nos estatutos do FMI (EICHENGREEN, 2000, p.136).

6. De acordo com GARDNER (1977, p.91), “A associação dos banqueiros norteamericanos declarou que ‘um sistema de cotas em uma associação que dá aos devedores a impressão de que terão sempre direitos a créditos até um determinado montante não é digno de confiança em princípio e gera esperanças que não poderão ser concretizadas”.

7. De Gaulle, reclamava da capacidade exclusiva dos Estados Unidos de financiar seus déficits no balanço de pagamentos na sua própria moeda, e propunha a ampliação do papel do ouro no sistema internacional. Desde o início do seu mandato culpava na entrada de dólares pela inflação na França. No entanto, a posição da França se enfraqueceu com a guerra na Argélia e a morte do presidente De Gaulle em 1970.

Referências Bibliográficas

BELLUZZO, Luis Gonzaga (2004). Ensaio sobre o capitalismo no século XX. São Paulo: editora Unesp.

BORDO, Michael (1993). “The gold standard, Bretton Woods and others monetary regimes: an historical appraisal”. NBRE, Working paper n. 4310, p.25. (<http://www.nber.org/papers/w4310>).

DE CECCO, Marcello (1979). “Origins of the post-war payments system”. Cambridge Journal of Economics, vol 3.

EICHENGREEN, Barry (2000). A globalização do capital. São Paulo: editora 34.

GARDNER, Richard (1977). “Bretton Woods”. In: KEYNES, Milo. Ensaio sobre John Maynard Keynes. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GONÇALVES, Reinaldo et al (1998). A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Campus.

GOWAN, Peter (2003). A roleta global: uma

aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. São Paulo: Record.

HELLEINER, Eric (1994). States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s. Ithaca: Cornell University Press.

MOFFITT, Michael (1984). O dinheiro no mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SERRANO, Franklin (2004). “Relações de poder e política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível”. In: FIORI (org). O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes.

SKIDELSKY, Robert (2005). “Keynes, Globalisation and the Bretton Woods Institutions in the Light of Changing Ideas about Markets”. World Economic Journal, p. 20.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira (2000). Japão: da industrialização tardia a globalização financeira. In: FIORI, José Luís. Estado e moedas no desenvolvimento das nações.

WACHTEL, Howard (1988). Os mandarins do dinheiro: as origens da nova ordem econômica supranacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

QUILOMBO CONTEMPORÂNEO

.....
Thiliany Souza ¹
.....

Resumo: O presente texto versa sobre o artigo 68 das disposições constitucionais transitórias, marco inicial para as políticas de reparação racial no Brasil, bem como apresenta o caminho sinuoso percorrido por este desde a sua escritura até que o direito por ele assegurado alcançasse as comunidades remanescentes de quilombos. Nesse ínterim fez-se mister uma discussão do conceito de remanescente de quilombo, dadas às limitações que lhe foram atribuídas ao longo do processo político de reconhecimento do direito assegurado na Constituição de 88, trazendo à luz o conceito de “quilombo contemporâneo” enquanto adequação às necessidades conceituais e normativas imprescindíveis à aplicação do artigo 68..

Palavras-chave: Artigo 68, comunidades remanescentes de quilombo, instruções normativas, quilombo contemporâneo.

Há cento e vinte anos, a Lei Áurea decretou o fim da, já agonizante, escravidão, porém não garantiu aos trabalhadores rurais negros, entre outros direitos, o acesso à terra, meio pelo qual – num país, até então, de economia agrícola como era o Brasil à época do Império – seria possível promover a sustentabilidade do contingente de trabalhadores recém saídos da condição de escravos. Além disso, o estado brasileiro encarregou-se de desenvolver políticas de substituição da mão-de-obra negra para fins de limpeza étnica, impedindo que os afrodescendentes ocupassem os postos de trabalho que seriam gerados

com o nascimento da indústria.

À margem da nova ordem social excludente e racista, os negros permaneceram forjando espaços de autonomia, nos quais negavam, e permanecem negando, a opressão imposta pelo sistema econômico capitalista. Resistiram tal qual os quilombos o faziam para garantir a manutenção de seus meios de sobrevivência, de suas tradições culturais e seu modos vivende remanescendo, portanto, enquanto prática cotidiana, dos antigos mocambos de escravos fugidos que resistiam ao trabalho compulsório. Daí se denominarem “comunidades remanescentes de quilombos” os agrupamentos de trabalhadores rurais negros, que povoam o interior do Brasi².

O conceito até então inédito de remanescente de quilombo não pretendeu, embora esta tenha sido sua interpretação predominante, configurar-se numa referência estereotipada aos agrupamentos de negros fugidos, tampouco afirmar que as comunidades rurais negras ou terras de preto a nós contemporâneos são uma herança direta, transposta no tempo e no espaço, dos quilombos presentes na documentação oficial e “ressuscitado pela historiografia”.

Esse conceito, numa perspectiva antropológica, percebe as comunidades referidas como uma forma de resistência da população rural negra ao modelo social vigente, através da preservação de seus modos de vida, conservados principalmente pelo seu modelo de organização social.

Desse modo, o conceito de quilombos hoje não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimento insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de

seus modos de via característicos e na consolidação de um território próprio.

Para as comunidades remanescentes de quilombos, no lugar das batidas, perseguições e da legislação repressiva do Estado ao longo de quatro séculos de escravidão, a Constituição de 1988 traz, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma tentativa de garantir que essas comunidades tenham livre acesso as terras necessárias à manutenção de seus meios de sobrevivência e que estas sejam protegidas e vigiadas pela lei.

Elaborada sob acalorados debates e forte participação popular, a Constituição de 1988 foi, sem dúvida um marco no processo de redemocratização do Estado brasileiro após anos de centralismo político com feições eminentemente autoritárias. Em vigor há vinte anos, a Carta Magna instituiu a garantia de direitos civis, individuais e coletivos, incluindo no seu texto aspirações de diferentes camadas da sociedade e, à revelia de muitos, pela primeira vez, trazendo no seu texto o reconhecimento de direitos específicos às comunidades quilombolas. E, no artigo 68 das suas Disposições Transitórias determinou: “aos remanescentes dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva e devendo o estado emitir-lhe títulos respectivos”³.

Após a promulgação da Constituição de 1988, a responsabilidade para titular as remanescentes de quilombos recaiu sobre a Fundação Cultural Palmares – órgão que data do mesmo ano da Constituição, com a função de “promover a preservação dos valores, culturais, Sociais, e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”⁴ –, porém, sem o aparato técnico necessário para lidar com a questão de terras fundamental para aplicação do artigo 68, estagnando, por assim dizer, a política de quilombos, como ressaltou o Prof^o. Ubiratan Castro de Araújo, presidente desta entidade entre 2003 e 2006:

Então passou esse dispositivo, mas ele não foi regulamentado. Depois disso ficou Sarney, aí jogou para a Fundação Cultural Palmares a responsabilidade de tratar com quilombo... cultura quilombola e tal... e aí começou a confusão e a Fundação Cultural Palmares, aquela coisa com apoio do Ministério da Cultura, portanto, não tem nenhum equipamento, nem competência técnica, nem competência jurídica para operar com suporte técnico.

Vamos dizer que é como se ficou, digamos assim, uma Lei morta, porque a Fundação Cultural Palmares não tinha os mecanismos suficientes para conseguir de fato que as terras fossem reconhecidas [...] ⁵

O reconhecimento do direito através do referido artigo não significou a aplicação imediata da lei e, a realização de uma política de reparação às injustiças e maus tratos sofridos pelo povo negro ao longo dos séculos em que vigorou a escravidão e que estavam longe de cessar mesmo após a assinatura da lei Áurea. Essa situação levou a luta pela regulamentação do artigo 68 com o fim de fazer justiça ao povo negro do Brasil e reparar, ainda que paliativamente, o sofrimento que lhe foi causado durante séculos.

A primeira tentativa de regulamentação da lei que versa sobre a política de reconhecimento dos quilombos data de 1995. A portaria nº. 307 do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), de 22 de novembro daquele ano, aprovada pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso que, tendo em vista caber ao referido instituto “a administração das terras públicas desapropriadas por interesse social, discriminadas e arrecadadas em nome da União Federal, bem como a regularização das ocupações nelas havidas na forma da lei” ⁶, delega ao INCRA a tarefa de medir, demarcar e titular as terras remanescentes dos antigos quilombos, além de estabelecer diretrizes para a implementação das políticas sociais direcionadas aos mesmos.

Ao por a cargo do Incra a questão do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos o presidente FHC, assim como aqueles que anteriormente aprovaram o texto do artigo 68

aparentemente não tinham idéia de que o tal processo tratava-se de uma causa agrária, como lembra o Prof. Castro de Araújo

Então, o que a gente constata é que naquele momento, em 68, ou em 88, a direitona, a direita proprietária, a direita que depois se organiza como ruralista, ela não sabia o que era o quilombo e todos eles... (?) quilombo era coisa como Palmares, século XVI, uns dois ou três quilombos, pronto deixa pra lá. Eles não tinham a dimensão de que as comunidades remanescentes de quilombo constituem a questão agrária negra, né?! ⁷

É possível que tenha permeado o imaginário de certa parcela da Constituinte – especialmente, da centro-direita, tradicionalmente conservadora e ruralista – que os quilombos dos quais tratavam a nova lei possuíam as características comuns ao famoso Quilombo do Palmares, o qual acredita-se, era isolado e possuía uma dinâmica econômica, política e social própria e auto-suficiente, fato este que possivelmente determinou suas opiniões sobre o referido artigo como algo quase inaplicável, dada a suposta excepcionalidade do fenômeno.

Cabe-nos ressaltar ainda que o acréscimo do termo remanescente no texto artigo 68 traz, aos leitores menos atentos, uma idéia de desaparecimento, de algo findo, do qual só existem fragmentos, resquícios, reminiscências, logo, poucas seriam as comunidades que abrigariam a premissa da herança dos antigos quilombos, critério acreditado por muitos como determinante para a titulação das terras. Para eles,

[...] os quilombos seriam uma realidade do passado, pois foram dizimados pelas forças coloniais e os “escravos fugidos”, que deles participavam, devolvidos aos seus senhores. Consequentemente, não poderiam haver “continuidades de ocupação das terras” e tampouco existiriam “remanescentes de quilombos”. ⁸

Já que os quilombos em geral, tal qual Palmares, haviam sido extintos então não haveriam comunidades como estas, ou que tivessem origem em antigos agrupamentos de negros fugidos para serem tituladas.

Tendo em vista esse quadro, fica claro que a

política de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos mexeria com problemas sociais há muito sem solução no Brasil. Tratava-se de uma questão agrária num país de expressiva presença latifundiária, daí a regulamentação de 1995 ter causado fortes reprimendas à aplicação do artigo 68 por parte dos grandes proprietários de terras do país, organizados na UDR (União Democrática Ruralista), e dos partidos políticos de orientação neoliberal.

Os ruralistas canalizaram suas forças para argumentar sobre a natureza das comunidades rurais negras que reivindicavam o reconhecimento enquanto comunidades remanescentes de quilombo, pondo-as à luz de uma concepção estática e paradigmática do termo. Esforçaram-se para transformar o artigo 68 em “letra morta”, fundamentando-se, essencialmente, nas perspectivas conceituais inauguradas nas décadas de 30 e 40 do século XX, nas quais o quilombo ainda é visto inspirados pelo aparato jurídico colonial, como um agrupamento isolado constituído exclusivamente de escravos fugidos.

Embora com questões conceituais ainda não resolvidas, o debate passou a pautar-se na urgência de impedir que uma reforma agrária de caráter étnico tomasse corpo e promovesse uma redistribuição de terras no interior do Brasil. Para esse fim, foi assinada pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso a Medida Provisória 1911, de outubro 1999.

A referida medida retorna à Fundação Cultural Palmares o papel de deliberar sobre os processos de reconhecimento das terras quilombolas e inviabiliza, pois, a tomada de determinadas medidas para fins da aplicação do artigo 68, dada à impossibilidade jurídica do órgão para com a matéria⁹.

Um dado pertinente às comunidades remanescentes de quilombos é o fato de suas terras estarem, via de regra, em áreas de sobreposição, ou seja, áreas que

“pertencem” a outrem que vão desde fazendeiros até o próprio Estado. Daí, muitas vezes, se dar a busca pelo reconhecimento enquanto comunidades de quilombos, como uma tentativa de garantir o direito de uso das terras necessárias à manutenção dos seus meios de sobrevivência e, por conseguinte, sanar os conflitos gerados pela invasão dos espaços das comunidades por parte de grandes latifundiários, ou mesmo por esta ocupar áreas de interesses do Estado.

Na vigência da medida Provisória 1911 doze comunidades tiveram reconhecidos os títulos de suas terras, porém a titulação concedida pelo ministério da Cultura teve pouco valor efetivo, visto que as comunidades em áreas de sobreposição e, portanto, tituladas sob relações de conflito, não viram ser desapropriadas as terras em disputa dada à impossibilidade técnica e jurídica deste órgão para com estas questões. Desse modo, fica evidente que as medidas tomadas acerca da política de quilombos, à época, visavam mascarar a falta de interesse do poder público federal na resolução da questão agrária negra no Brasil.

As pressões do movimento negro, e das comunidades quilombolas contemporâneas, cientes da existência de uma política específica de regularização da situação agrária negra, garantindo-lhes a posse definitiva das terras que, até então e desde sempre, lhes foram negadas, não foram suficientes para barrar o avanço das manobras que visavam invalidar as políticas de reconhecimento engendradas pelo próprio governo tendo em vista atender os interesses dos grandes latifundiários.

Um reflexo da orientação política em voga no país entre os anos de 1995 e 2002 é a aprovação do decreto n.º. 3912¹⁰ que inaugurou novas diretrizes para o processo administrativo de identificação das terras pertencentes às comunidades remanescentes dos quilombos. A partir de agora o título de propriedade das terras ocupadas pelos deveria ser concedido, pelo

Ministério da cultura, apenas àquelas comunidades que se encontrassem nestas em 1888 e permaneceram até a promulgação da Constituição de 1988.

A concepção de quilombo como uma realidade social do passado volta às discussões e desta vez ensejou a tomada de medidas legais que emperraram o processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos, significando uma relativa nulidade prática do mesmo. Com essa nova regulamentação para o artigo 68, a campanha anti-quilombola segue em marcha, sabotando a efetiva ação da lei através da utilização de uma perspectiva conceitual de quilombo restritiva e, por que não dizer, anacrônica. No período em que vicejou o Decreto nº. 3912 nenhuma terra de quilombo foi titulada.

O direcionamento tomado pelo governo federal em 2003 trouxe novo fôlego para a política de reconhecimento de comunidades quilombolas. Um grupo de trabalho congregando representações de todos os ministérios da República e das comunidades remanescentes dos quilombos foi instituído para a revisão do Decreto nº. 3912, bem como para a proposição de ações estratégicas que assegurem a sobrevivência das mesmas¹¹. Em novembro de 2003, à luz das comemorações pelo dia da Consciência Negra foi promulgada nova regulamentação para o artigo 68 do ADCT.

O decreto nº. 4887 consolidou uma nova ordem legal remetendo mais uma vez ao INCRA a responsabilidade para com a questão quilombola e pela primeira vez trouxe definições explícitas acerca da perspectiva conceitual com a qual a lei virá a tratar as comunidades rurais negras remanescentes dos antigos quilombos. Em seu artigo 2º esclarece:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas com presunção de

ancestralidade negra relacionada com a resistência e opressão histórica sofrida.¹²

No texto apresentado pelo decreto há uma clara reorientação das perspectivas as quais tratam do conceito de quilombo no que tange à aplicabilidade do artigo 68. Opondo-se definitivamente à reatividade elitista latifundiária explícita no decreto nº.3912, o significado atualizado de quilombo reivindica um reconhecimento por aquilo em que este se apresenta cotidianamente, na luta diária pela consolidação de seus territórios e modos de vida e pela sua continuidade enquanto grupo.

Além disso, estabelece as normas empíricas para o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação, bem como os órgãos a que compete à realização de cada uma das etapas constantes do processo. Prevê a ação conjugada de diversos setores do poder público inclusive da recém criada SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – responsável pelo acompanhamento do processo junto ao INCRA e a Fundação Cultural Palmares.

Não obstante os avanços conceituais do Decreto nº. 4887/2003, este permanece imerso na bem conhecida burocracia brasileira e submete o processo à análise de um sem número de entidades governamentais¹³ e às sanções e recorrências de partes interessadas nas terras pleiteadas, tornando-o longo e oneroso. As marcas dessa burocratização podem ser comprovadas na publicação de novas normas pelos dois órgãos responsáveis diretos pela titulação das terras de quilombos.

Em março de 2004 são publicadas a Portaria nº. 6 da Fundação Cultural Palmares¹⁴ e a Instrução Normativa nº. 16 do INCRA¹⁵ definindo as dinâmicas internas para a aplicação do disposto no decreto do ano anterior. A primeira institui o Cadastro dos Remanescentes de Quilombos da Fundação

Cultural Palmares que dá direito às comunidades registradas a emissão de uma Certidão de Reconhecimento¹⁶, emitida após análise de uma declaração de autodefinição das comunidades no pleito, a segunda apenas assiste ao disposto no decreto 4887/2003.

Em 2005 uma nova IN¹⁷, de nº. 20, é publicada pelo INCRA, nesta é incluída como critério para elaboração do RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação¹⁸ – um relatório antropológico bem como a participação de mais um órgão¹⁹ na avaliação e julgamento dos processos.

Passados dois anos a Fundação Cultural Palmares revoga a Portaria nº. 6 através da nº. 98/2007, na qual revê os procedimentos necessários para que os quilombolas entrem com o pedido de certificação, documento até então com função apenas de registro. Esta manobra perfazia-se num prenúncio à Instrução Normativa nº. 49/2008²⁰ o INCRA cuja subordina à emissão da Certidão de Reconhecimento o início do processo administrativo para demarcação e titulação das terras quilombolas, bem como atribui à

recorrência de parte interessada caráter suspensivo, a bem dizer, paralisa o processo até o julgamento dos recursos.

As medidas tomadas pelos órgãos competentes acerca das estratégias a serem utilizadas para encaminhar o reconhecimento das comunidades quilombolas, transformaram a aplicação do artigo 68 numa odisséia jurídica.

Desde a primeira tentativa de normatizar o artigo 68, apenas 96 terras de quilombos tiveram seus títulos emitidos²¹. A constante reedição dos procedimentos para conclusão dos processos de titulação das terras quilombolas promovem a morosidade, por vezes a total paralisia, e impedem o avanço das conquistas previstas na lei.

Nesse contexto muitas são as comunidades que vêm cada vez mais distantes a possibilidade de garantir, através do reconhecimento enquanto remanescentes dos quilombos, a posse definitiva das terras necessárias à sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Notas

1. Graduada em Licenciatura em História pela UNEB.

2. Cabe ressaltar que tal denominação não se restringiu às comunidades rurais negras. A partir de uma releitura do conceito de quilombo proposta pela antropologia tal denominação pôde ser aplicada a outros contextos, inclusive as comunidades em áreas urbanas que possuem características de uma resistência identitária negra.

3. Texto do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

4. Texto da lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7668.

htm

5. Depoimento dado pelo professor Ubiratan Castro de Araújo em 19/01/2009.

6. O texto da Portaria nº. 307 do INCRA encontra-se disponível na home page <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?Leid=14>. Acesso em 02/12/2008.

7. Depoimento dado pelo professor Ubiratan Castro de Araújo em 19/01/2009.

8. GOMES, Valdélis dos Santos. Revista CEAO...

9. Em observância ao disposto na MP 1911 a Fundação Cultural Palmares editou a Instrução Normativa nº. 40 a 13 de julho de 2000, na qual, em seu artigo 3º incisos I e II, estabelece os procedimentos para os trabalhos de identificação e reconhecimento das comunidades

remanescentes de quilombos, a qual prevê a inserção de um elemento inédito até então: a elaboração de um relatório técnico com parecer jurídico conclusivo do qual devem ser constantes aspectos, étnico, histórico, cultural e socioeconômico do grupo sob análise funcionando, grosso modo, como um atestado de existência legítima de reminiscências étnicas afrodescendentes quilombolas nas comunidades e ainda a delimitação, medição e a demarcação topográfica do território ocupado. O texto da Portaria encontra-se disponível em: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/page.aspx?LeilD=129>.

10. O texto do decreto encontra-se disponível na home page da Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm.

11. Sobre isso ver: Decreto de 13 de maio de 2003. Disponível no site: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/laspix>.

12. Texto do decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm

13. As entidades consultadas são as constantes do artigo 12, incisos de I a VI da referida Instrução Normativa.

14. Portaria disponível em: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/page.aspx?LeilID=141>

15. Instrução Normativa disponível em: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/page.aspx?LeilD=143....>

16. Encontram-se certificadas 1305 comunidades das mais de 3000 existentes no Brasil segundo estimativas da Fundação Cultural Palmares, informações disponíveis no site: <http://www.palmares.gov.br/>.

17. IN é abreviação do termo Instrução Normativa.

18. O RTID, em linhas gerais, tem a mesma função que relatório inaugurado pela Fundação Cultural Palmares esta é apenas a denominação recebida por este quando da normatização do Incra.

19. O órgão referido é o Comitê de Decisão Regional responsável pelo julgamento de possíveis contestações, na norma anterior estas eram julgadas pelos mesmos órgãos responsáveis pela apreciação do processo.

20. IN disponível em: <http://www.cpisp.org.br/html/leis/page.aspx?LeilD=164>

21. Há uma discrepância clara entre o número de terras certificadas pela Fundação cultural Palmares e o número de terras tituladas pelo Incra, visto que ambos configuram-se em processos diferentes estando, atualmente, o segundo subordinado ao primeiro.



Somos Diferentes – Somos Iguais: construção e desconstrução do conceito raça.

.....
Ricardo Moreno ¹
.....

Resumo: Discute a elaboração do conceito raça, o seu uso para fins colonialistas e eurocêntricos, sua adaptação na formação da ideologia social brasileira, destacando a evolução deste tema ao longo dos séculos XIX e XX. Mostra a desconstrução científica deste mito, destaca o papel do negro na construção nacional, e o processo histórico de construção das desigualdades sociais.

Palavras-chave: raça; negro; afro descendente; formação nacional.

Após a divulgação das teorias de Darwin sobre a evolução das espécies qualquer discussão a respeito da classificação do homem em tipos raciais remeteu os especialistas ao reconhecimento de um tronco único, porém, fundamentado em um contexto evolucionista. O fato é que o debate acerca da raça humana ganhou contornos científicas durante o século XIX, e este se dividiu entre abordagens morfológicas e

e demográficas.²

Eickart definiu as raças como agrupamentos zoológicos naturais que apresentariam semelhanças quanto ao conjunto de características morfológicas e comportamentais. A cor da pele, forma dos cabelos, caracteres métricos, passou a constituir padrões para observações da classificação dos hominídeos; Para George Buffon as diferenças essenciais do homem derivariam do sangue, sendo este um fator preponderante para a degeneração do negro.³

O impacto da postura eurocêntrica se fez notar no discurso dos grandes pensadores. Hegel, apontado por Karl Marx como o último dos filósofos, um intelectual muito influente no mundo contemporâneo, definiu em sua Filosofia da História que a África não demanda nem mudanças e nem desenvolvimento (...) os povos negros são incapazes de se desenvolver e de receber uma educação.⁴

Também Gobineu, que já foi chamado entre nós de inimigo cordial, decretou em sua divisão da espécie humana em raças distintas a inaptidão da variedade negra em civilizar-se.⁵

Os argumentos cientificistas serviram aos interesses colonialistas e deram justificativas a todo o tipo de exploração impetrado pelos europeus aos povos africanos e indígenas. Assim como em tempos anteriores argumentos teológicos foram utilizados para balizar o uso do trabalho escravo no novo mundo, disciplinas como a Geografia e a Antropologia foram criadas com claros interesses de lançar bases à colonização da África, consolidada ao final do século XIX.

No Brasil o debate acerca das raças adquiriu importância especial a partir da ruptura política com a metrópole lusitana. Se antes da proclamação da independência a questão da identidade não chegava a ser um problema, já que as terras coloniais não

passavam de uma parte de Portugal existente para além do Atlântico, com a formação do Império a construção do discurso de brasilidade ocupou um grande espaço entre os engenheiros da formação nacional. O dilema racial da nova nação estava posto: por um lado o branco, que na nossa História representava justamente o colonizador recém expulso pelas forças nacionalistas, por outro estava o negro que, devido a lógica dos interesses da aristocracia agrícola, fora mantido em condição subalterna por meio da manutenção da mão de obra escrava.

Se o símbolo do antecessor da nacionalidade não podia ser o ibérico europeu, expressão da subjugação colonial, ou o africano, cujo discurso da sua inferioridade servia, em última instância, de justificativa para o papel que lhe fora legado socialmente, era então o momento de ressuscitar o natural da terra. Este sempre esteve aqui, o que lhe conferia certa pureza original, e a sua escravidão já havia sido abolida desde o século XVI. Sendo assim, apesar de terem sido os braços e pernas de pretos e mulatos a marcar a resistência frente às tropas do General Madeira de Melo, foi à representação do índio caboclo que foi colocado sobre o carro alegórico durante as comemorações da independência do Brasil na Bahia.

O imaginário do bom selvagem há muito já permeava a ideologia dos próprios colonizadores e colonos, na carta que Pero Vaz de Caminha escreveu ao monarca português, a certidão de nascimento do Brasil, o funcionário Real já expressava que...

“Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. (...) certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. (...) que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons.”⁶

A pureza destes indígenas seria tal que até mesmo o que seria tido como atitude pecaminosa por parte dos cristãos, a esta

inocência se atribuiria tais atos: Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.

E conclui o vassalo ousando sugerir a sua alteza um aconselhamento: *“Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.”*⁷

Assumia os portugueses que a sua principal missão no novo mundo seria a de conduzir povos locais à orientação cristã, uma espécie de versão moderna do que teriam sido os Hebreus na antiguidade, associando esta como sendo uma tarefa civilizatória apenas admitida devido o reconhecimento da existência de uma boa alma que caracterizaria o inocente selvagem. No entanto, se os povos indígenas eram dotados de uma inocente pureza, precisando receber dos civilizados brancos a orientação evangelizadora que restava para alcançar a consciência de sua humanidade, o que dizer dos negros, que então viriam como escravos e tidos como inferiores?

Mais de três séculos depois a oficialização da posse das terras brasileiras por parte dos lusitanos, estas idéias permeariam as primeiras tentativas de construção da nacionalidade. Rompido o cordão umbilical que nos ligava à pátria mãe, a jovem nação precisava afirmar a sua identidade, e coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), primeiro corpo da nossa “intelligentsia” enfrentar este desafio.

Em 1839 foi lançada a edição trimestral da Revista do IHGB, e cinco anos mais tarde a mesma publicação promoveu um concurso sobre a narrativa da nossa história. Por ironia coube a um estrangeiro, o alemão Karl Friederic Philip Von Martius o prêmio de melhor dissertação. Foi ele quem propôs a teoria da fusão das três raças, sendo que, ao branco caberia o papel civilizador, o índio o elemento a ser civilizado, enquanto o negro seria o fator de impedimento do progresso.⁸

As idéias expressas pela Revista do IHGB refletiam não apenas a propagação do pensamento racista-evolucionista desenvolvido na Europa, bem como a própria estratificação social que se manteve aqui no Brasil. Em contradição a esta lógica, a viragem para uma concepção que passasse a considerar o afro descendente como um elemento formador da brasilidade viria por meio de um autentico herdeiro da antiga aristocracia canavieira do nordeste. Gilberto Freyre foi propositor de uma convivência harmônica da escravidão, ainda que em “Casa Grande e Senzala” o negro fosse tido como indolente, preguiçoso, passivo e submisso à grande família patriarcal, o resultado da união entre os povos da senzala e os proprietários da casa grande trouxe ao mundo o verdadeiro povo brasileiro.⁹

A escravidão teria sido marcada pelo paternalismo do proprietário para com o cativo, em uma lógica estimulada pela ação do Estado e pela Igreja Católica. Desta forma o pensador pernambucano tentava dar uma conotação positiva a participação dos escravocratas na História nacional, ao passo em que promovia uma espécie de integração subordinada aos africano-descendentes, enxergando no binômio entre o senhor camarada e o escravo submisso a gênese da formação brasileira.

O mulato maranhense Raimundo Nina Rodrigues, professor de Medicina Legal na Faculdade da Bahia, acusava a participação do negro em nossa formação como um aspecto negativo. Segundo ele havia no Brasil uma questão negra que deveria ser enfrentada. Tratava-se de um problema de higiene social cuja superação seria essencial para aperfeiçoar a nossa inserção no mundo civilizado:

“Capacidade cultural dos negros brasileiros; meios de promovê-la ou compensá-la; valor sociológico e social do mestiço ário-africano; necessidade do seu concurso para o aclimatação dos brancos na zona intertropical; conveniência de diluí-los ou compensá-los por um excedente de população branca, que assuma a direção do país: tal é na sua rigorosa feição o aspecto por que, no Brasil, se apresenta o problema

negro".¹⁰

Os negros brasileiros seriam tidos como partes integrantes do patrimônio cultural nacional, ainda que esta participação fosse claramente inferior em relação à contribuição do branco europeu, e chegasse mesmo a atrasar o nosso processo civilizatório.

Arthur Ramos procurou seguir os passos do Mestre Legista: ensinou na Faculdade de Medicina da Bahia e depois viria lecionar Antropologia na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Influenciado por Herskovits aceitou substituir o conceito raça pelo de cultura e de relatividade cultural. Os negros seriam então seres inferiores passíveis de serem aculturados. Ao invés do evolucionismo racial, outra forma de hierarquia se propunha aos diferentes povos.

Os culturalistas assumiram diferentes posturas políticas frente ao tema, no entanto, em todas as abordagens trouxeram em comum a negação do afro descendente enquanto ativo e propositor da sua própria História, resultado de uma reificação das culturas, dando-lhes o status de agentes culturais em si mesmo. Sendo assim, entenderam a resistência dos cativos dentro de algo estático e polarizado: uma cultura negra africana que se contrapunha a uma cultura branca européia, desconsiderando, quase que completamente, os processos de re-elaboração permanente e transformações histórico-culturais dos povos e negando a dinâmica da sua própria humanidade no sentido de adaptações do meio a si de acordo seu aprendizado e suas necessidades.

Mesmo a geração paulista da década de 50, integrada por Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, que introduziu ao estudo do negro temas como relações raciais, conflitos, relações de classe, não conseguiu fugir ao problema. Desenvolveu-se a tese de que a estratégia senhorial foi a de quebrar os laços familiares e sociais que os negros viessem a construir nas senzalas, lançando-os, assim, a uma

alienação que evitava a formação de uma consciência de classe, restando a esses escravos alienados apenas a manifestação em revoltas pontuais ou em fugas que ficavam distantes de se constituírem em uma luta maior de transformação social.¹²

Também os revisionistas das décadas de 60 e 70, que se propuseram a modificar esta abordagem, influenciados diretamente por conceitos marxistas, caíram na mesma tentação simplificadora ao coisificar o escravo, reservaram-lhe o papel de mero figurante do processo histórico, cabendo-lhe somente a reação à crueldade do regime escravista.

O problema se transferia agora para o caráter do status jurídico do africano descendente, uma vez que a condição de cativo não esteve determinada pela função social exercida pelo mesmo, mas sim pelo fato de pertencer a outro, podendo ser vendido, trocado, alienado.¹³ O senhor poderia dispor de sua propriedade como bem lhe conviesse, e mesmo nos anos posteriores a 1871 quando as questões referentes a este arbítrio passaram a sofrer influência do Poder Judiciário, o negro não podia requerê-lo por si próprio, dependendo sempre de um homem livre para apadrinhá-lo, uma vez que o mesmo não possuía personalidade jurídica.

Passava-se para a negativa do caráter humano do cativo. É que no momento em que a escravidão deixa de ser uma anomalia social, ou algo pontual, tornando-se elemento fundamental e hegemônico para reprodução da vida material e para o modelo estabelecido, a sua procura passa a associar-se a capacidade do mesmo em realizar trabalho e portanto, apela-se justamente à sua humanidade.¹⁴

Se no século XIX as teorias raciais se desenvolveram vinculadas ao ascenso do colonialismo europeu, ao longo do século XX, assistimos movimentos que buscavam a revalorização das raízes culturais africanas

crioulas ou negras, que começaram a surgir ainda nas primeiras décadas nos EUA, em Cuba e no Haiti.

O renascimento indigenista e o negrismo surgiram como conseqüências do romantismo que influenciara na abolição da escravatura e na revolução haitiana, de um movimento que visava a identificação da real composição do mosaico cultural da raiz popular, nacional, e da re-sigificação de uma idéia existente pós-revolução francesa na qual os povos poderiam assumir a liberdade e a igualdade podendo pronunciar-se nos movimentos de independência como alvará da igualdade cultural e social da todos os grupos.

Os três conceitos e tipos de movimentos político, cultural e literário implicaram em uma comum idéia de reconhecimento da revalorização do passado próprio de cada povo, este, no contexto específico das Américas, no conceito do grupo etno-social, ou seja, do negro e do indígena.

Na literatura a maior expressão deste movimento foi denominada de negritude, e revelou nomes como Aimé Césaire, Léopold Sedar, León Damas, e principalmente Senghor, que protagonizaram no plano da agressividade, do ecumenismo, e do sarcasmo, as nuances desta corrente, que representava bem o que era o Pan-Africanismo.

O Pan-Africanismo se constituiu em um Pensamento que se caracterizava como defensora dos Povos Negros Africanos contra a opressão e o racismo. Propondo uma ação Política e Cultural, os Pan-Africanistas defendiam a mobilização de todos os negros, quer de África, quer da diáspora, para lutarem contra a denominação da raça branca.

Ao invés de se oporem ao mito criado para distinguir negros de brancos visando a sua inferiorização, reafirmavam ainda mais sua ideologia em torno do conceito raça, assim, toda a raça negra estaria unida dentro de um

destino comum, que seria reunirem-se em torno de seu lar racial.

Após a Segunda Guerra Mundial, onde diversos negros lutaram dentro dos Exércitos metropolitanos, o movimento partiu para novas tendências. O novo pensamento passou a ser baseado no aproveitamento também das tradições africanas em conjunto com o avanço tecnológico ocidental. Tais fundamentações para o pan-africanismo se basearem erroneamente no racismo intrínseco e supunham aos africanos um passado comum.

A década de 1990 foi rica em discussões de temas como globalização, cultura, identidade, nacionalismo, hibridismo, multiculturalismo. O livro do sociólogo inglês Paul Gilroy “o atlântico negro” insere-se nesse debate contemporâneo repudiando as perigosas obsessões com a pureza racial, posicionando-se contra as representações do corpo humano como repositório fundamental da ordem da verdade racial. Seu projeto político e acadêmico renova críticas à idéia de raça e prevê a sua morte como princípio de cálculo político e moral. Questiona a definição de cultura nacional introduzida pelo o absolutismo étnico e busca explorar as relações entre raça, nação, nacionalidade e etnia, para colocar em xeque o mito da identidade étnica e da unidade nacional.¹⁵

Mas foi no mesmo terreno em que as teorias racialistas foram construídas visando a inferiorização do negro a auto afirmação da pseudo superioridade do homem branco que vieram as respostas mais contundentes. As teses morfológicas foram sendo sucumbidas pelo fato de que estas características detalham evidências situada na fronteira entre o homem e o meio ambiente, sendo, portanto, menos inatas do que adquiridas. Quanto às abordagens demográficas, uma série de pesquisas provou que indivíduos do mesmo grupo diferem mais entre eles próprios do que em relação às supostas raças.

No ano de 1959 Livingstone publicou o artigo intitulado “A não existência das raças humanas”, diante da complexidade e da inconsistência dos critérios adotados para qualificar os tipos humanos, ele recomendava a renúncia do sistema de classificação e adoção da árvore genealógica. É que dependendo do critério adotado, obtêm-se mapas diferentes, daí a conclusão de que a teoria das raças seria insuficiente e mítica. Dez anos após esta publicação a UNESCO divulgou uma declaração na qual a idéia de raça era tratada menos como fenômeno biológico do que como um mito social.¹⁶

Ao final do século as pesquisas acerca do genoma humano revelaram que as diferenças genéticas entre os seres humanos são praticamente desprezíveis, não deixando mais dúvidas quanto ao fato de pertencermos todos a uma só raça, sendo que esta teria surgido e se desenvolvido no continente africano.

Entre nós, os passos mais avançados a respeito do papel do negro na formação da nossa identidade deram-se no campo dos estudos históricos. Sob a influência da corrente historiográfica social inglesa, especialmente dos estudos acerca das classes subalternas e da formação do operariado trazidos por Eduard Palmer Thompson, e da historiografia sobre a escravidão desenvolvida nos Estados Unidos, que bem se apropriou e adaptou a noção Thompsoniana de economia moral, a resistência escrava no Brasil passou a ser entendida como uma das faces das lutas complexas vivenciadas pelo cativo no cotidiano e que tinham como contraponto a re-elaboração permanente das relações com os seus senhores, modificando, assim, as várias formas de dominação e controle social.

Tal corrente passou a mostrar a inadequação do negro ao cotidiano da sociedade escravocrata. Visto desta forma superam-se as leituras incapazes até então de identificar

o afro descendente como agente ativo da sua própria História, e melhor se compreende o papel destes na formatação da nossa identidade por meio da sua ação transformadora e de superação dos mecanismos de opressão.

Um bom exemplo desta evolução conceitual pode-se observar na obra “Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.” de João José Reis e Eduardo Silva, nela são considerados duas vertentes de atuação política do cativo, seja por um lado as claras manifestações de resistência a escravidão realizadas por meios de fugas, revoltas, organizações de quilombos, dentre outros, e por outro lado a conquista de espaços negociados que permitiram ao escravo pouco a pouco também modificar as condições postas nas formas mais diretas de dominação. Foram atuações sociais que se não produziram uma revolução, no sentido de uma aceleração em cadeia de transformação em todos os aspectos estruturais, mas de um processo global que se manifestava no cotidiano e que obteve, como passar dos tempos, a resultante do caminho histórico de superação da forma social vigente.¹⁷

Importantes passos têm sido dados também nos estudos sobre os quilombos no Brasil, que diferentemente de viverem isolados, imaginário reforçado pelas vertentes culturalistas, tem-se o quanto estes interagiam com os segmentos sociais do sistema escravista: João José Reis ao retomar o estudo feito por Stuart Shurtz destacou que houve acoitamento dos quilombolas de Oitizeiros pelo senhor Balthasar da Rocha, isto ocorrido em 1806 em Itacaré, sul da Bahia. Reis afirmou, ainda, que anos depois do acontecido, naquela região, semelhante prática havia se tornado comum.¹⁸

Flávio dos Santos Gomes, analisando as redes de relações construídas pelos quilombolas na região de Iguaçu no Rio de Janeiro, defendeu que estes desenvolveram

uma economia que mantinha contatos com diversos setores de sociedade local e isto resultara da opção política que fizeram e não apenas algo gerado pelas limitações estruturais com que viviam¹⁹. Visto dessa forma, os quilombos não só interagiram com o sistema escravista, bem como atuaram sobre este contribuindo para modificá-lo, ou mesmo, humanizá-lo.

É importante entender que foram os processos de inserção dos povos na nossa formação e as oportunidades oferecidas socialmente que estabeleceram as

diferenças. O momento em que o Estado é chamado a discutir a elaboração de políticas de discriminação positiva tem-se um passo à frente no reconhecimento do fato de que este tratou, e trata, de forma desigual os seus. Ainda, o avanço conceitual a respeito do tema nem sempre se vê refletido na atuação política, deve-se elevar o nível de consciência para que haja a superação do uso social do mítico conceito racial e só então se possa concentrar na eliminação das desigualdades que foram concebidas pelas trajetórias históricas.

Notas

1. Professor de História da África – UNEB – CAMPUS II

2. Ki Zerbo, J. “teorias relativas às raças e História da África”. História Geral da África. Vol. 1. São Paulo: UNESCO/Atica, 1982.

3. Hernandez, Leila. A África na sala de aula: visita à História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

4. Fage, J.D. “A evolução da historiografia da África”. História Geral da África. Vol. 1. São Paulo: UNESCO/Atica, 1982.

5. Hernandez, Leila. A África na sala de aula: visita à História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

6. www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta

7. www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta

8. Pinho, José Ricardo Moreno. Escravos, Quilombolas ou Meeiros? – Escravidão e Cultura Política no Médio São Francisco. (1830 – 1888). 2001, (155 pg). Dissertação (Mestrado). FFCH-UFBA, 2001.

9. REIS, João José. Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

10. RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Ed Nacional, 1988

11. ZAMPARONI, Valdemir. Os estudos Africanos no Brasil. Disponível em: WWW.historianet.com.br/conteudo/default?cidigoo=522.

12. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: Mucambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

13. MEILLASOUX, Claude. A antropologia da escravidão: O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

14. Utilizo aqui o conceito de Engels para quem a noção de humanização está diretamente ligada ao ato transformador pelo trabalho.

15. Gilroy, Paul. O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, Candido Mendes, Centro de Estudos Afro Asiáticos, 2001.

16. Ki Zerbo, J. “teorias relativas às raças e História da África”. História Geral da África. Vol. 1. São Paulo: UNESCO/Atica, 1982.

17. REIS, João e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

18. REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro: Bahia – 1806”. In REIS, João e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

19. GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de

quilombolas: Mucambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX. Rio de

Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Referências Bibliográficas

FAGE, J.D. A evolução da historiografia da África. História Geral da África. Vol. 1. São Paulo: UNESCO/Atica, 1982.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro, Candido Mendes, Centro de Estudos Afro Asiáticos, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. Histórias de quilombolas: Mucambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

HERNANDEZ, Leila. A África na sala de aula: visita à História contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

PINHO, José Ricardo Moreno. Escravos, Quilombolas ou Meeiros? – Escravidão e Cultura Política no Médio São Francisco. (1830 – 1888). 2001, (155 pg). Dissertação (Mestrado). FFCH-UFBA, 2001.

KI ZERBO, J. teorias relativas às raças e História da África. História Geral da África. Vol. 1. São Paulo: UNESCO/Atica, 1982.

MEILLASOUX, Claude. A antropologia da escravidão: O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

REIS, João, GOMES, Flávio. Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, João José. “Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro: Bahia – 1806”. In REIS, João e GOMES, Flávio dos Santos. Liberdade por um fio – História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Nina. Os Africanos no Brasil. São Paulo: Ed Nacional, 1988.

Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta> Acesso em: 15/05/2009.

ZAMPARONI, Valdemir. Os estudos Africanos no Brasil. Disponível em: <www.historianet.com.br/conteudo/default?codigo=522> Acesso em 15/05/2009.

A atualidade de “O capital” – 142 anos depois

.....
Sérgio A. M. Prieb ¹
.....

Resumo: Durante a queda do chamado socialismo real os ataques às idéias contidas em “O Capital” ocorreram de maneira desmesurada, sendo, o capitalismo sentiu-se livre para agir, tanto nos planos político, econômico e militar, com total desenvoltura, não encontrando, aparentemente, mais resistências. No entanto, os ventos trazidos pelas crises de realização dos lucros na atual fase de predomínio do capital parasitário-especulativo, fazem soprar cada vez mais freqüentes, e em proporções maiores, trazendo sérias conseqüências para os trabalhadores, revelando a necessidade de uma leitura atualizada da obra fundamental do marxismo.

Palavras-chave: Marx, Capital, Trabalho, Crise

“Enquanto no mundo houver capitalistas e operários não haverá livro nenhum mais importante para os operários do que este”
(Friedrich Engels)

“Como pode O Capital morrer se ainda vive o capital?”
(Marshall Berman)

No dia 14 de setembro de 1867 era publicado o livro 1 de “O capital” de Karl Marx, obra grandiosa em seu tamanho e conteúdo, teve sua primeira prensagem de apenas 1000 exemplares. Seria seguido de mais dois volumes publicados postumamente sob o comando de Friedrich Engels, encarregado de reunir, organizar e dar um acabamento final aos textos inacabados de Marx, devido a sua morte em 1883. Outro importante divulgador da obra de Marx foi Karl Kautsky responsável pela publicação de “Teorias da mais-valia”, considerado o livro 4 de “O capital”, mas que acabou sendo publicado separado dos restantes 3 livros. No Brasil, a primeira tradução somente sairia em 1967, 100 anos depois de publicado na Europa, o que fez com que muitos pesquisadores e militantes brasileiros tivessem que estudar

a obra ou em edições importadas ou em textos resumidos, além de que a ditadura militar praticamente tirou Marx dos currículos das universidades. Hoje, quando existe a liberdade para que a obra de Marx seja melhor discutida, interpretada ou criticada, novamente querem extirpar das discussões, especialmente econômicas, o alcance e atualidade de sua obra. Na verdade, o que se percebe é que ainda hoje Marx é um autor muito pouco conhecido e, em conseqüência, pouco estudado, enquanto universidades do mundo inteiro deveriam voltar seus olhos para o estudo de Marx, os preconceitos ideológicos impedem nossos alunos de conhecerem sua obra.

Este artigo tem o propósito de levantar algumas considerações que o autor elege como as mais relevantes do livro 1 de “O capital”, buscando com isso mostrar sua importância e, como em sua essência, especialmente em sua problemática tratada, é de extrema atualidade para a compreensão do capitalismo contemporâneo.

O SURGIMENTO DE “O CAPITAL”

Marx demorou mais de 20 anos para concluir o livro 1 de “O capital”², sendo que o período que Marx dedica à elaboração de sua principal obra é dos piores em toda a sua vida. Marx vai morar em Londres em 1849, e seria na Biblioteca do Museu Britânico que ele se debruçaria sobre as principais obras já publicadas de economia política.

Como afirma uma recente biografia de Marx sobre os anos de elaboração de “O capital”, a miséria quase absoluta tomava conta da família Marx:

Desde o momento da chegada a Londres, Karl e Jenny Marx viram-se acossados por constantes crises domésticas. Eles já tinham três filhos pequenos, e o quarto nasceria em novembro de 1849. Despejados de um apartamento em Chelsea, em maio de 1850, por não pagarem o aluguel, encontraram abrigo temporário na casa de um negociante de rendas judeu em Dean Street, Soho, onde passaram o verão de maneira miserável, a equilibrar-se no limiar da privação, antes de se mudarem para um apartamento um pouco melhor mais acima da rua (Wheen, 2007, p. 30).

As condições de vida eram tão precárias que três filhos morrem neste período de exílio em Londres³. Sem trabalho fixo, com seu patrimônio perdido entre exílios anteriores (Bélgica, França), é desta época a famosa frase atribuída à mãe de Marx de que seria este: “um autor que estudava sobre dinheiro sem ter nenhum no bolso”.

A elaboração de “O capital” é resultado do exílio de Marx em Paris, onde ele se depara com um país capitalista mais desenvolvido, com uma classe operária mais expressiva que a de sua velha Prússia pré-unificação, além de que grande número de exilados naquele momento abrigavam-se em Paris, sendo que as discussões políticas fluíam como em nenhum outro lugar no mundo.

Mas a principal influência para que Marx desse uma virada em direção ao estudo da economia política foi o contato com um escrito de juventude de Engels chamado “Esboço para a crítica da economia política”⁴ (1982). A partir daí Marx consegue achar pistas para as indagações que tinha em seus primeiros trabalhos filosóficos e mesmo jornalísticos, buscando descobrir o funcionamento da ordem burguesa capitalista.

Em seus escritos de juventude, a preocupação com temas históricos e filosóficos era o que predominava. Marx percebe que algo faltava em sua formação na busca por compreender e mudar a sociedade capitalista, e que somente através do estudo sistemático das relações econômicas poderia apontar as contradições do sistema capitalista, e é a essa tarefa árdua a que ele se dedicaria até seus últimos anos de vida.

A ESSÊNCIA DA OBRA

O objeto de estudo de “O capital” é a descoberta do funcionamento do processo de criação de riqueza capitalista, mostrar a origem do enriquecimento privado capitalista, e para isso, Marx aponta a necessidade de não prendermos nossa

análise na esfera de circulação, onde impera uma aparente igualdade, mas sim, voltarmos os olhos à produção, ao chão de fábrica, onde as contradições do capitalismo se manifestam em toda a sua agudeza, e onde o pensamento conservador não ousa se aventurar (veja-se o pensamento neoclássico dos dias de hoje que atribui totalmente ao mercado a resolução dos conflitos no capitalismo).

Marx inicia o processo de descobrimento do funcionamento do modo de produção capitalista a partir da análise do que é mais visível, mais externo, exatamente como alguém que pela primeira vez busca conhecer um fenômeno. É por isso que Marx parte do concreto, de um concreto que muito pouco lhe diz, mas que mesmo sendo uma análise superficial da realidade, Marx não tem dúvidas que o ponto de partida para conhecer os mistérios do capital é a mercadoria.

Partindo da análise da mercadoria, Marx conclui ser esta duas coisas ao mesmo tempo: valor de uso e valor de troca, ou seja, tanto ela pode ser consumida por seu proprietário como pode ser jogada no mercado para que seu produtor adquira outros objetos, que são valores de uso para ele⁵.

Marx admite que esta ainda era uma observação superficial da mercadoria, na verdade, ela é valor de uso e valor, sendo o valor de troca, a forma de manifestação do valor⁶.

Com a descoberta do valor, Marx dá um passo adiante dos autores que viam na teoria do valor uma mera teoria da formação dos preços. Marx vai além: vê na busca do valor a própria busca da origem da riqueza capitalista. Assim, o trabalho é uma categoria que se apresenta como fundamental na teoria marxiana. Imprescindível para o conhecimento da história, formação e desenvolvimento da sociedade. O trabalho é o elemento que diferencia o homem de seus

ancestrais do mundo animal, o que habilitou a exercer o domínio sobre a natureza. Foi a ação do trabalho, que na opinião de Marx⁷, proporcionou a evolução do cérebro humano e, em consequência, possibilitou o desenvolvimento de vários órgãos dos sentidos, como a linguagem, a audição e a mão humana. Enfim, o homem é ele próprio resultado do trabalho.

Com o desenvolvimento da teoria do valor-trabalho, Marx mostra que o valor das mercadorias é determinado pelo trabalho realizado em produzi-las, daí ser central o papel do trabalho na obra econômica de Marx. Assim, o trabalho é ao mesmo tempo determinante de valor e medida de valor, e, indo além dos economistas da escola clássica, revela em sua teoria da mais-valia que o lucro do capitalista é nada mais que uma parcela da jornada de trabalho não paga ao trabalhador.

Com o objetivo de superar a análise meramente superficial da realidade, Marx debruça-se sobre a origem do dinheiro, buscando sua desmistificação. Assim, vê-se que a forma mais evoluída de expressão de troca: x mercadoria A = 20 libras, representa uma mera evolução de sua forma mais primitiva, a forma simples de valor: x mercadoria A = y mercadoria B, ou (para utilizar o exemplo de Marx) 20 varas de linho = 1 casaco, a forma de escambo, que predomina quando as trocas são eventuais, não tratando-se, ainda, de uma sociedade econômica tipicamente mercantil.

Desta forma, Marx busca desmistificar a tese de que a origem do valor se encontra em sua utilidade, um aspecto subjetivo, para estabelecer a origem do valor em um elemento estritamente objetivo, o tempo de trabalho exigido para a produção das mercadorias.

Juntamente com a desmistificação do dinheiro, Marx busca desmistificar todas as demais mercadorias. É assim que no final do primeiro capítulo de "O capital", Marx formula

a seção chamada “O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, quando afirma que o caráter “enigmático” da mercadoria vem de sua condição de mercadoria mesmo. Os produtores das mercadorias não conseguem enxergar que elas são criadas pelo seu próprio trabalho, que as mesmas são suas criaturas e eles, seus criadores:

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características sociais do seu próprio trabalho como características sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos (Marx, 1983, p. 71).

Marx acredita que para superar o fetichismo das mercadorias se torna necessário que os homens compreendam o seu papel no processo de criação de riqueza capitalista, o mesmo se dando com o fenômeno da religião, em o que “o reflexo religioso do mundo real somente pode desaparecer quando as circunstâncias cotidianas, da prática representarem para os homens relações transparentes e racionais entre si e com a natureza” (Marx, 1983, p. 76).

Para que se possa prosseguir na busca da compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista, Marx ensina que mesmo que o processo de circulação seja importante, pois se não existisse a circulação de mercadorias não haveria produção, não é ali que se manifestam as principais contradições do capitalismo, mas sim, na produção ⁸. Ao deixar de lado a esfera da circulação ⁹, onde as contradições não aparecem, Marx mergulha no processo de produção, onde a igualdade aparental é substituída pela exploração essencial do modo de produção capitalista.

Analisando o processo de produção é que Marx depara-se com o processo de trabalho e o processo de valorização. Sendo o

primeiro existente em qualquer modo de produção, enquanto o processo de valorização seria típico de uma sociedade de classes sociais, e que no capitalismo assumiria um caráter bastante peculiar ¹⁰.

Assim, Marx apresenta a fórmula geral do capital, a fórmula que predomina sob o modo de produção capitalista: D-M-D'. Esta apresenta-se como uma evolução da fórmula mercantil simples: M-D-M, sociedade formada por produtores independentes em que seu objetivo não é ainda a acumulação de capital, mas a obtenção de mercadorias que o produtor não tem acesso, por não fabricá-las. Nesta sociedade, produzir uma mercadoria para ser trocada por outra de igual valor tem sentido, pois o objetivo da produção é a obtenção de meros valores de uso.

Com a fórmula geral, o objetivo deixa de ser a obtenção de valores de uso para ser a obtenção de valor (ou mais especificamente, de mais-valor). A fórmula geral em sua forma mais completa aparece desta maneira: D-M...P...M'-D', onde o capitalista vai ao mercado com seu dinheiro e adquire mercadorias (força de trabalho e meios de produção), ao final do processo de produção o capitalista terá em seu poder um valor maior do que tinha no início. Na passagem da primeira fase do processo (D-M) houve troca de equivalentes, trocou-se valor igual por valor igual (pois as mercadorias força de trabalho e meios de produção foram compradas pelos seus respectivos valores), o mesmo ocorrendo na segunda fase do processo (M'-D') em que novamente ocorreu troca de equivalentes (mercadorias diferentes foram trocadas entre si, no entanto, pagas pelos seus próprios valores). Marx conclui, então, que o processo de extração de mais-valor pelo capitalista ocorre no processo de produção, no entanto, realizando-se no processo de circulação ¹¹. Qual seria o segredo de o capitalista ter gasto D e ao final do processo de produção ter saído com D' (D'=D+X)? A resposta seria que algo ocorreu no processo de produção (e não

o de circulação em que ocorreria troca de equivalentes), uma das mercadorias adquiridas pelo capitalista (força de trabalho ou meios de produção), teria a capacidade de gerar mais valor do que custa ao capital. As forças produtivas não poderiam ser esta mercadoria, pois a mesma não cria valor, apenas transfere o seu próprio valor à mercadoria através de seu uso e desgaste. Resta somente a força de trabalho ser a mercadoria que tem a capacidade de produzir um valor acima do que ele próprio possui.

Com o trabalho, Marx depara-se com uma mercadoria especial que teria a qualidade de, ao ser utilizada no processo de produção, criar um excedente acima do que recebe como remuneração. Esta mercadoria é a força de trabalho, e este excedente é a mais-valia. A chave do enriquecimento capitalista seria, então, a apropriação pelos capitalistas das horas de trabalho a mais que o trabalhador é obrigado a cumprir, além do chamado tempo socialmente necessário, equivalente à remuneração percebida pelo trabalhador.

Como já visto anteriormente, Marx no livro 1 parte da hipótese otimista de o capitalista pagar ao trabalhador o verdadeiro valor de sua força de trabalho, ou seja, é pago na forma de salário o que o trabalhador necessita para reproduzir no outro dia o seu trabalho, bem como reproduzir a classe trabalhadora através de seus filhos.

O aspecto talvez mais cruel desta relação é que, em princípio parece ser esta relação entre capital e trabalho de pleno equilíbrio. O capitalista paga o salário em troca da força de trabalho fornecida pelos trabalhadores, e como aquele é pago levando em conta as condições básicas de sobrevivência dos trabalhadores, parece ser uma troca justa. Aliás, o capitalismo é o único modo de produção que consegue mascarar esta relação exploratória. No feudalismo, por exemplo, o servo sabia que tantos dias da semana trabalhava para si e outros tantos

para o dono da terra. Assim, o servo tinha plenas condições de ver o grau de exploração a que era submetido. Já no capitalismo, o trabalhador não sabe o grau de sua exploração, pois o momento em que ele passa do “tempo de trabalho socialmente necessário” (referente ao valor efetivo de sua força de trabalho) para o período da jornada de trabalho referente à produção de “mais-valia” (em que ele trabalha de graça para o capital), os limites entre as duas fases da jornada de trabalho não encontram-se muito definidas.

A este tipo de mais-valia que é obtida a partir da extensão da jornada normal de trabalho, Marx chamou de mais-valia absoluta, enquanto chama de mais-valia relativa a obtida a partir das inovações tecnológicas, que tendem a baixar o valor da força de trabalho devido à diminuição do tempo de trabalho exigido para produzir as mercadorias que compõe o consumo dos trabalhadores¹².

Outro aspecto bastante importante do livro de Marx é a discussão sobre os efeitos das inovações tecnológicas sobre o trabalho. Marx aponta a intensificação do trabalho, a introdução do trabalho infantil e da mulher, além da própria ampliação da jornada de trabalho como efeitos das inovações tecnológicas trazidas com a revolução industrial.

Assim, observa-se que a riqueza capitalista advém da extração do sobre-trabalho do conjunto da classe trabalhadora, sendo nada mais justo que aqueles que produzem a riqueza gerada reivindiquem o que deveria ser seu, ou seja, a propriedade dos meios de produção, e em conseqüência, a superação positiva do capitalismo pelo socialismo.

A ATUALIDADE DE “O CAPITAL”

A única maneira de os inimigos do marxismo provarem a superação da obra de Marx e de “O capital” em especial, seria argumentarem em cima do fim da exploração da classe trabalhadora, do fim da lei do valor e do

próprio fim da classe trabalhadora como produtora de riqueza.

Desta forma, com o advento da chamada “terceira revolução industrial”, não faltaram autores afirmando que estaria a tecnologia assumindo o papel do trabalho como produtor de riqueza capitalista e a classe trabalhadora estaria fadada a desaparecer juntamente com o próprio trabalho (ao menos nos termos que hoje conhecemos) ¹³.

Os autores que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho afirmam estar o trabalho, a partir do processo de inovações tecnológicas em curso, diminuindo a passos rápidos. Assim sendo, a atividade laboral estaria vivenciando um processo de pleno declínio, e a própria realidade do mundo do trabalho confirmaria, então a tese do fim da centralidade do trabalho e da possibilidade de construir a tão anunciada sociedade do tempo livre. Assim sendo, o principal argumento que justificaria a tomada do poder através de um processo revolucionário pela classe trabalhadora teria perdido totalmente seu sentido. A sociedade capitalista seria perpetuada para todo sempre, confirmando a tese do “fim da história” de Fukuyama.

Para confirmar ou não a tese do fim da centralidade do trabalho, torna-se fundamental analisar este processo à luz de dados sobre a realidade do mundo do trabalho sob a vigência da terceira revolução industrial. Inicialmente, pode-se afirmar, segundo dados extraídos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que a jornada de trabalho sofreu no longo prazo um acentuada diminuição, já que no século XIX a Inglaterra chegou a apresentar jornadas de trabalho de até 18 horas diárias, sendo que uma grande quantidade de dias não trabalhados foram incorporados à vida cotidiana dos trabalhadores como fins de semana, férias remuneradas e feriados.

No entanto, se analisados a partir das últimas décadas do século XX pode-se perceber que a jornada de trabalho no mundo apesar de

apresentar uma tendência à diminuição, o mesmo não ocorre em todos os países mesmo os desenvolvidos.

Mais significativo que a jornada de trabalho, no entanto, observa-se um acentuado aumento na população trabalhadora no mundo todo. Segundo dados extraídos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), os EUA que tinha um número de trabalhadores empregados em 1975 de 85 milhões, apresentou no ano de 2006, 144 milhões de trabalhadores; O Reino Unido tinha em 1975, 25 milhões de trabalhadores empregados, em 2006 este número chegou a mais de 30 milhões; a França em 1975 tinha 21 milhões de trabalhadores, em 2005 ele número chegou a 25 milhões; a Espanha passou de 12 milhões de trabalhadores em 1975 para 19 milhões em 2005; o Japão que tinha 52 milhões de trabalhadores em 1975 apresentou em 2006, 64 milhões; a China tinha em 1977, 393 milhões de trabalhadores passou em 2002 para 737 milhões; o Brasil tinha em 1976, 38 milhões de trabalhadores, alcançando em 2004, 84,5 milhões.

Tomando os exemplos dos países apresentados, e muitos outros também poderiam ter sido citados, pode-se concluir que o número de trabalhadores em todo o mundo, mesmo que em diferentes níveis de evolução, está em processo de aumento e não de diminuição, ao contrário do que deveria ocorrer se o trabalho no mundo estivesse realmente em processo de extinção ¹⁴. Consequentemente, com esta grande massa de trabalhadores gerando a riqueza do mundo, ao contrário do que muitos gostariam de comprovar, que a luta de classes não apresentaria mais sentido, tornando obsoleta, assim, a teoria de Marx, não é o que se observa quando jogamos os olhos sob o mundo do trabalho.

Outro aspecto relevante para a discussão sobre o papel do trabalho hoje pode ser observado com os dados sobre a produtividade do trabalho. A produtividade do trabalho pode ser obtida dividindo-se o PIB

real pelo número de trabalhadores ocupados, desta forma, observa-se que ao contrário do que é constantemente alardeado, a produtividade do trabalho ao invés de crescer tem diminuído. Segundo estudo de Husson (1999), utilizando dados extraídos dos países desenvolvidos, em que se esperaria ser a produtividade do trabalho ainda maior, verificou-se que comparando-se o período de 1960-1973 com 1983-1987, a produtividade dos EUA diminuiu de 2,6 para 0,8; no Japão, no mesmo período passou de 8,7 para 3,0; na Europa passou de 5,2 para 2,3¹⁵; enquanto nos países que formam o G6¹⁶, no mesmo período sofreram uma redução de produtividade do trabalho de 4,7 para 1,8.

Estes dados sobre a queda da produtividade do trabalho negam afirmações de que as inovações tecnológicas em curso, estariam conduzindo a uma expansão brutal da produtividade do trabalho, e que, em conseqüência, estaria sendo utilizado cada vez menos trabalho por parte do capital para a produção de mercadorias e serviços.

O significado desta observação é de grande valia para confirmar que a classe trabalhadora não está em extinção. Se assim o fosse, os dados de produtividade do trabalho deveriam ser maiores, devido à tão anunciada diminuição do número de trabalhadores necessários para produzir bens e serviços.

O que se observa nos dias de hoje, de predomínio da terceira revolução industrial, é a superexploração extremada do trabalho, em que a precarização do trabalho vem assumindo proporções cada vez mais expressivas no capitalismo contemporâneo, que para Pochmann, manifesta-se como uma situação de desemprego disfarçado:

Para uma População Economicamente Ativa estimada em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho em 3 bilhões de pessoas, havia cerca de 1 bilhão de trabalhadores vivendo com sua capacidade de trabalho subutilizada. Ou seja, 1 a cada 3

trabalhadores encontrava-se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência. Em síntese, condição disfarçada de desemprego (subemprego).

Do total de pessoas que conformam o excedente mundial de mão-de-obra, cerca de 150 milhões de trabalhadores encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de remuneração muito comprimida (Pochmann, 2001, p. 81-82).

Assim sendo, com a utilização dos mecanismos de precarização e flexibilização do trabalho as empresas fazem prosperar os empregos temporários, de subcontratação, entre outros, em que os salários são mais baixos e os direitos dos trabalhadores cada vez menores. Uma das formas mais difundidas de flexibilização do trabalho tem sido a utilização do trabalho em tempo parcial, que segundo Baglioni (1992, p. 31), já em 1985 significava 20% do emprego total na Dinamarca, Holanda, Grã-Bretanha e Suécia, enquanto na Alemanha Ocidental e França superavam os 10%.

Utilizando dados fornecidos por Mattoso (1994, p. 533), pode-se verificar que o emprego parcial, temporário e independente nos países avançados cresceu de forma acelerada no período 1979-89. Na França, no período compreendido entre 1979-90, o emprego parcial subiu 73,17%, o emprego temporário teve um acréscimo de 128,78% e apenas o emprego independente manteve-se estável. Na Inglaterra o emprego parcial, durante o mesmo período, subiu 66,46%, o temporário manteve-se estável, enquanto o emprego independente teve um acréscimo de 87,12%. A Itália teve pouca variação, tanto no emprego parcial como no temporário; em compensação, teve um acréscimo de 59,25% no emprego independente.

A utilização do processo de terceirização é

outro importante ingrediente na precarização do trabalho. As empresas modernas, tendo em vista a redução de custos, passam a transferir atividades, antes de sua responsabilidade, a terceiras empresas, que passam a ser fornecedoras de serviços às empresas maiores. Os trabalhadores das empresas terceirizadas geralmente recebem salários menores do que os das empresas contratantes. Segundo Teixeira (1993, p. 19), os salários das empresas terceirizadas são em média 25 a 30% mais baixos que nas empresas contratantes. Ao mesmo tempo, essas empresas promovem a intensificação e o prolongamento da jornada de trabalho, além de causar um enfraquecimento da ação sindical nas empresas, que passam a contar em seu interior, com um grupo bastante heterogêneo de trabalhadores.

Uma das mais importantes manifestações da precarização do trabalho, o trabalho informal, passa a se tornar bastante presente na contemporaneidade do mundo do trabalho, em especial nos países do terceiro mundo, nos quais chega, em inúmeros casos, a predominar sobre a economia formal. A causa da ascensão do setor informal, nesses países, deve-se à existência de uma abundante força de trabalho, aliada à facilidade de entrada que se observa neste setor.

Ainda segundo dados da OIT, extraídos do “Panorama Laboral’97”, no período de 1990-1996, o percentual dos novos empregos, divididos entre os setores formal e informal, demonstra que a informalidade apresentou as seguintes taxas: 53% na Argentina, 81% no Brasil, 29% no Chile, 37% na Colômbia, 51% na Costa Rica, 58% no México, 38% no Panamá, 68,7% no Peru e 77% na Venezuela. Estes dados demonstram o extraordinário crescimento do setor informal, principalmente em países da América Latina, nos quais, ao mesmo tempo em que a informalidade minimiza a situação de desemprego e miséria dos trabalhadores excluídos do setor formal, proporciona baixas remunerações em nível geral, além de

provocar uma queda na arrecadação tributária, em função da peculiaridade do setor informal trabalhar à margem da tributação oficial.

Assim, observa-se a importância do trabalho nos dias de hoje, e com a afirmação de sua centralidade, a afirmação também da necessidade de questionar a exploração do trabalho cada vez maior por parte do capital, e a atualidade da crítica de Marx ao processo de exploração do trabalho e a necessidade da superação positiva do capitalismo pelo socialismo.

Outro aspecto que deve ser realçado na busca de verificar a atualidade da obra de Marx é que o capitalismo ainda não conseguiu superar suas próprias contradições internas. Em 2006, segundo dados da OIT, existia no mundo 195,2 milhões de desempregados, sendo que dos trabalhadores empregados, 1,87 bilhões ganham menos de 1,54 euros ao dia, e 507 milhões ganham menos de um dólar ao dia. A mesma OIT prevê que para o ano de 2008, 5 milhões de pessoas deverão perder seu emprego.

A economia capitalista mais do que nunca está sujeita a crises cada vez mais próximas entre si. Se a primeira grande crise do capitalismo ocorreu no período entre guerras, em especial no período da grande depressão (1929-1933), foi seguida por outras de menor impacto no final dos anos 40 e final dos anos 50, até a crise que ocasionou a derrocada do padrão de acumulação taylorista-fordista no início dos anos 70. De lá até os dias de hoje temos vivenciado uma série de crises quase anuais¹⁷, sendo que na atualidade, o predomínio do capital parasitário-especulativo só reforça a tendência de nos próximos anos elas serem ainda mais periódicas e mais destruidoras¹⁸.

Marx no livro 3 de “O capital” já revelava a tendência à diminuição da taxa de lucros dos capitalistas, resultado do investimento em capital constante (especialmente máquinas)

previdenciário” e substituídas por aposentadorias privadas que tem seus vencimentos atrelados ao sabor do mercado especulativo.

Assim sendo, percebe-se que não basta transportar a obra de Marx, escrita no século

XIX, mecanicamente para a atualidade, mas saber interpretar o capitalismo de hoje, e suas crises, utilizando como referencial o autor e a obra que melhor soube expressar a origem e a essência exploratória do modo de produção capitalista: Karl Marx e “O capital”. Um espectro ainda ronda o mundo.

Notas

1. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM, Doutor em Economia Social e do Trabalho pela Unicamp, pesquisador nas áreas de Economia do Trabalho e Economia Marxista.

2. Os textos econômicos de Marx sofrem um processo de evolução na história, iniciando em 1844 e encerrando com os alinhamentos do livro 2 de “O capital”. Os principais textos são os seguintes: “Manuscritos econômico-filosóficos” de 1844, só publicado em 1933; “Trabalho assalariado e capital” de 1847, publicado em 1849; “Grundrisse” (o esboço de “O capital”) de 1857-1858, publicado em 1939-1941; “Para a crítica da economia política” de 1859; “Manuscritos de 1861-1863”, este texto seria a continuação da obra anterior e que trocaria de nome para “O capital”. Consta nestes manuscritos, além de textos utilizados no livro 1 e livro 3 de “O capital”, o chamado livro 4, publicado entre 1905 e 1910 com o nome de “Teorias da Mais-valia”; “Manuscritos de 1864-1865”, utilizado para a conclusão por Engels do livro 3 de “O capital”; “Manuscritos de 1870-1878” utilizados por Engels para elaborar o livro 2 de “O capital”.

3. Guido Marx morre de um ataque de convulsões em novembro de 1850; Franziska Marx morre de bronquite em 1852; Edgar Marx morre de tuberculose em 1855 (Wheen, 2007, p. 31).

4. Escrito entre dezembro de 1843 e janeiro de 1844, Engels submete o artigo para publicação nos “Anais franco-prussianos”, revista organizada em Paris por Marx e Arnold Ruge. Este artigo que contém críticas a Smith, Ricardo, Malthus, Say e em que expõe algumas primeiras tentativas de formular a teoria do valor, impressionou muito Marx, que vai encontrar-se com Engels em agosto de 1844, formando assim, uma parceria tanto na teoria como na ação prática revolucionária para o resto de suas vidas.

5. Em “A riqueza das nações”, Smith chega perto desta conclusão de Marx, no entanto, com um diferença fundamental. Para Smith, a mercadoria é valor de uso ou valor de troca, não considerando que a mercadoria pode ser, contraditoriamente, duas coisas ao mesmo tempo.

6. “O valor é uma espécie de carimbo que a sociedade estampa sobre a materialidade física de cada valor-de-uso, transformando-o em mercadoria. Essa marca indelével impressa na face da mercadoria diz: VALOR” (Carcanholo, 1993, p. 9).

7. Apesar de em sua essência esta tese encontrar-se em “O capital”, está melhor formulada em Engels (s/d), “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”.

8. É importante lembrar que no livro 1 de “O capital” Marx considera a circulação como uma “troca de equivalentes”, ou seja, não há ganho na troca. Assim, entregam-se e recebem-se mercadorias de igual valor em troca. O mesmo vale, inclusive, para a força de trabalho que seria comprada pelo capitalista pelo seu valor efetivo.

9. “A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham” (Marx, 1983, p. 145). Isto explica o porquê de os autores neoclássicos, ainda hoje buscarem a explicação para os fatores econômicos olhando tão somente para a esfera da circulação, a esfera do mercado, onde as contradições capitalistas não se manifestam.

10. Marx mostra que o processo de valorização apresenta dois fenômenos peculiares: 1) o trabalho fica sob o controle do capitalista; 2) o produto é propriedade do capitalista (Marx, 1983, p. 154).

11. Disto resulta uma das frases tidas como das mais confusas de Marx em “O capital”: “Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve ao mesmo tempo, originar-se e não originar-se dela” (Marx, 1983, p. 138)..

12. No chamado “Capítulo VI inédito” de “O capital”, publicado apenas em 1933, Marx chamou a subordinação do trabalho ao capital sob o predomínio da mais-valia absoluta como “subsunção formal”, enquanto a subordinação do trabalho ao capital sob o predomínio da mais-valia relativa de “subsunção real” (Marx, 1985).

13. Esta tese foi muito alardeada pelos chamados autores defensores da “tese do fim da centralidade do trabalho”. Para maiores esclarecimentos sobre os defensores desta tese e de uma crítica a seus postulados, ver Prieb (2005).

14. O “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial” de 1995, elaborado pelo Banco Mundial, afirma que a população trabalhadora, em 1995 era de aproximadamente 2.476.000.000 de trabalhadores, praticamente o dobro de 1965, que era de 1.329.000.000 de trabalhadores. O referido relatório estima que em 2025 o contingente mundial de trabalhadores esteja em 3.656.000.000.

15. Husson considera como dados da Europa apenas os seguintes países: Alemanha Ocidental, França, Itália e Reino Unido.

16. Formado por EUA, Japão, Alemanha Ocidental, Reino Unido, França e Itália.

17. Entre outras podemos citar a crise do petróleo em 1973, a recessão de 1980-1982, a queda da bolsa de Nova Iorque em 1987, a recessão norte-americana de 1990-1991, as diversas crises dos anos 90 como a do México, da Rússia, asiática, e atualmente a crise da subprime.

18. A mais recente crise, surgida no mercado imobiliário norte-americano, a da subprime, ameaça de insolvência mais de três milhões de famílias que possuem dívidas de mais de 200 bilhões de euros, o que pode conduzir a falência várias instituições de crédito (Ramonet, 2008, p. 8).

19. O pensamento econômico clássico, de caráter liberal, acreditava que o sistema capitalista estaria imune às crises, foi preciso a grande depressão de 1929 para confirmar o que Marx já havia adiantado 60 anos antes.

20. As crises apresentam duas possibilidades de serem superadas: por uma superação positiva, quando supera-se o antigo modo de produção por um novo, a exemplo da passagem do feudalismo para o capitalismo; ou uma superação negativa, quando mantém-se o modo de produção, mas algumas transformações são operadas. O exemplo da última é a crise de 1929, quando não houve condições concretas para a superação do capitalismo, efetuou-se modificações no plano econômico, com a saída de cena do liberalismo e a introdução do pensamento keynesiano nas políticas econômicas dos países capitalistas.

21. Nos “Grundrisse”, Marx (1987, p. 229) chamou a este fenômeno de “contradição em processo”.

Referências Bibliográficas

BAGLIONI, Guido. Las relaciones laborales en Europa en el decenio 1980-1990. In: BAGLIONI, Guido (org.). Las relaciones laborales en Europa – el desafío de la flexibilidad. Madrid: Ministerio de trabajo y seguridad Social, 1992, p. 21-67.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1995 – o trabalhador e o processo de integração mundial. Washington: Banco Mundial, 1995. 273 p.

BERMAN, Marshall. Aventuras no marxismo. São

Paulo: Companhia das letras, 1999. 306 p.

CARCANHOLO, Reinaldo. A dialética da mercadoria: guia de leitura – o capital: ciclos, circulação e rotação. Roteiro de estudo. Vitória: Ufes, 1993. 62 p.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, Karl;

ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. p. 21-143. V. 3.

MARX, Karl. O capital – crítica da economia

política – Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 301 p.

MARX, Karl. Capítulo VI inédito de O capital – resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1985. 169 p.

MARX, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política – Grundrisse – Vol. 2. México: Siglo Veintiuno, 1987. 493 p.

MARX, Karl. Teorias da mais-valia – história crítica do pensamento econômico – Vol. 3. São Paulo: Difel, 1983ª 1616 p.

MATTOSO, Jorge. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. et al. (orgs.). O mundo do trabalho – crise e mudança no final de século. São Paulo: Scritta, 1994. p. 521-562.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. Informa OIT – América Latina y el Caribe – Panorama Laboral'97. Perú. 1997.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. Yearbook of labour statistics – 1984. Geneva: ILO. 1985.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. Yearbook

of labour statistics – 2000. Geneva: ILO. 2001.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. Yearbook of labour statistics – 2007. Geneva: ILO. 2007.

POCHMANN, Marcio. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001. 151 p.

PRIEB, Sérgio. O trabalho à beira do abismo – uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho. Unijuí: Editora Unijuí. 216 p.

RAMONET, Ignácio. O epicentro da crise econômica mundial. In: Le monde diplomatique Brasil. São Paulo: Instituto Pólis. Ano 2, no. 7, fevereiro de 2008.

SMITH, Adam. A riqueza das nações – investigação sobre sua natureza e suas causas – Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 415 p.

TEIXEIRA, Francisco José. Terceirização: os terceiros serão os últimos. Fortaleza: Sine/CE, 1993. 20 p.

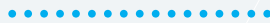
WHEEN, Francis. O capital de Marx (uma biografia). Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 135 p.



REGIME AUTORITÁRIO E MÚSICA POPULAR BRASILEIRA: UMA ALTERNATIVA DE PROTESTO.



Urano Andrade ¹



Resumo: Neste trabalho procuro analisar a relação da MPB e o regime instalado no período de 1964 e que perdurou até 1985. Durante este processo de cerceamento da criatividade jovem, pretendo abordar a relação entre o jovem e os meios de repressão e a sua alternativa de divertimento que ao mesmo tempo servia como forma de protesto.

Palavras-chave: História do Brasil, Ditadura Militar, Música de Protesto, Juventude

O MOVIMENTO SOB SUSPEITA

A partir de 1964 instala-se no Brasil o regime militar. Por trás desse sistema autoritário surgiu uma “máquina” administrativa que tentou aniquilar todo e qualquer meio de expressão cultural, que na sua lógica estivesse ligado a atos de protestos ou divulgação ideológica. Estes movimentos que eram vistos como contrários ao regime hora instalado, construíram uma política de repressão baseada na suspeição constante. Todos são suspeitos. Dentro desse processo constante de suspeição foram criados modelos que permeiam o imaginário repressivo. Jovens eram sinônimos de rebeldia, a cor vermelha estava diretamente ligada ao Comunismo e a música popular brasileira foi peça chave para fertilidade “imaginária paranóica” dos movimentos de repressão. O regime tinha como argumento a “paz social”.

O regime militar brasileiro, como de resto outras ditaduras latino-americanas, concentrou-se em vigiar e controlar o espaço público, regido por uma lógica de desmobilização política da sociedade como garantia da "paz social". Neste sentido, esses regimes poderiam ser caracterizados como autoritários, pois sua atuação voltava-se para o controle e esvaziamento político do espaço público, preservando certas formas de liberdade privada. (NAPOLITANO, 2004, p.103-126)

A "paz" então se estalaria em detrimento da criatividade e liberdade de expressão da juventude brasileira, que nesse momento via a sua liberdade criativa sendo cerceada. Jovens Artistas, como Geraldo Vandré, Chico Buarque, Milton Nascimento, Nara Leão, Vinícius de Moraes, Luiz Gonzaga Júnior, Capinam, Trio Mocotó, Edu Lobo, Egberto Gismonti e diversos outros artistas ligados ao teatro e a televisão foram monitorados, e seus trabalhos motivo de suspeita. Com o surgimento dos festivais, essa suspeita se tornou motivo de paranóia por parte do regime, que via nestes festivais uma grande reunião de jovens conspiradores e apologistas do terrorismo ou comunismo; todas as investigações eram feitas pelo DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social. A qual tinha como finalidade investigar os atos tidos como suspeitos e dentro destes poderia estar intelectuais, artistas, jornalistas, políticos, professores. Todos que estivessem relacionados a movimentos sociais.

A MPB despontava cada vez com mais força no circuito universitário, as cabeças pensantes se reunião nos campos para cultivar o grande som do momento. Criava-se toda uma lógica de suspeição, e militares infiltrados nos shows passavam a produzir uma gama de relatórios baseados em letras de músicas, discursos, tipo físico dos participantes e comportamento. Os "prontuários" estavam cheios de detalhes que implicavam em motivo de suspeita por parte das "autoridades competentes", que relatavam ao seu modo o que acontecia nos encontros.

1. No palco via-se uma faixa que dizia "AMANHÃ SERÁ

OUTRO DIA" e os universitários cantavam o samba "APESAR DE VOCÊ AMANHÃ HÁ DE SER OUTRO DIA", de Chico Buarque.

2. O conjunto MPB-4, empregando a melodia do hino das "Olimpíadas dente de leite", fizeram [sic] propaganda de um "produto que deixava o 'dedo duro' e que podia enfiar o dedo na...".

3. Leram um artigo sobre a prisão de universitários da PUC e correram uma faixa onde se lia "SECUNDARISTAS SOLIDÁRIOS COM OS UNIVERSITÁRIOS".

4. Ao final do "show" apresentaram uma faixa, que dizia: PELACULTURA, CONTRAACENSURA.

5. Uma camionete da Agência Fluminense de Informações, órgão do Palácio do Governo dirigida por um tal de Dr. Flávio, percorreu a cidade, fazendo propaganda do festival.

6. Distribuíram as folhas anexas a todos que compareceram.

7. Distribuíram outra folha mimeografada, somente a estudantes com carteiras.²

Sendo assim, os encontros, que nada mais eram que uma alternativa de trabalho para os artistas, se transformava em palco de manifestação reacionária na visão dos repressores. Mas este mercado alternativo, que estava eminentemente cercado pela censura, tratava-se na verdade de uma via alternativa de divulgação e oportunidade de trabalho por parte dos artistas, por tratar-se de uma produção de baixo custo dentro do circuito universitário. Dentro dessa mania de suspeita, alguns artistas tinham a sua imagem supervalorizada no que diz respeito a suspeição. Esse era o caso de Chico Buarque, que apesar de ter tido a sua música liberada pela censura, Apesar de você, esta volta a ser proibida, e a sua imagem mais ligada a subversão. É importante verificarmos o relato descritivo da presença do cantor nos movimentos de MPB, na ótica dos investigadores, que relatavam em seus prontuários o imaginário paranóico da ditadura militar em relação a esses artistas.

O cantor nominado, autor de canções de protesto contra a revolução de 1964, e hostil ao nosso governo, vem promovendo seguidas apresentações na área estudantil, com grande receptividade em todas as

faculdades onde realizou os seus programas. Artistas como Nara Leão, Capinam, Macalé, Vinícius de Moraes, Gilberto Gil, Sérgio Ricardo, Marília Medalha [sic], Trio Mocotó, MPB-4, Ziraldo, Egberto Gismonti, Luiz Gonzaga Jr., Edu Lobo, Alaíde Costa, Milton Nascimento [todos marcados com sinal que indica citação em outros documentos e prontuários] realizam a mesma programação artística de Chico Buarque, mantendo os estudantes em permanente expectativa política e sob influência de um proselitismo desagregador por eles disseminado durante os espetáculos. Considerando as tendências de esquerda do nominado e desse grupo de artistas, há possibilidade de haver ligação entre as atividades deles na área estudantil e as previsões de agitação conseqüentes das resoluções firmadas em Varsóvia, pelo comitê da União Internacional dos Estudantes, tratados em informação de referência (CIE 2440-5/103-2, 3/10/72). É conveniente acompanhar e observar estas atividades para neutralizar com oportunidade os efeitos negativos das mesmas, caso sejam constatados indícios de propaganda subversiva ou incitamento à agitação estudantil.³

Todo esse clima de suspeita se transformou em perseguição real a estes artistas, que logo tiveram além de suas músicas censuradas, a sua liberdade cerceada. Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e outros, passaram a viver na clandestinidade e logo tiveram que deixar o país. A tortura fazia parte desse processo de exclusão social, ela podia ser física ou psicológica. Uma das maneiras de tortura que afligia o corpo e o ego do artista era a raspagem completa dos seus cabelos e a retirada de sua barba. Ligados a uma imagem de “hippie”, os artistas tinham que passar por essa humilhação física e psicológica, que era tido como uma das piores humilhações por que podiam passar. A imagem auto-regulava a sua presença naquele corpus ditatorial e era tida como reacionária e fora dos padrões tidos como legítimos por parte do regime militar.⁴ “Em novembro de 1970, quando se haviam passado dois anos da noite em que o Maracanãzinho cantara “Caminhado”, o V Festival Internacional da Canção, organizado pela Rede Globo, encheria o estádio e a platéia cantava: (GASPARI, p. 221)

Olé, olé
O Brasil está botando

Pra quebra.

Vandré estava exilado no Chile, Caetano Veloso e Gilberto Gil, em Londres. Chico Buarque de Holanda, em Roma, compôs mais um samba:

Hoje você é quem tá falando

Falou tá falado,

Não tem discussão, não.

A minha gente hoje anda

Falando de lado e olhando pro chão, viu

Apesar de você,

Amanhã há de ser

Outro dia.

“A canção circulou por um mês e 100 mil cópias foram vendidas até ser proibida. Tropas do Exército fecharam a fábrica, e todos os discos guardados no estoque foram quebrados”. (Idem, p. 221).

A difusão da música de protesto foi desvinculada das rádios e todo e qualquer artista que tivesse ligações com a MPB era perseguido. A juventude estava em plena efervescência criativa, mas a repressão em busca da “ordem”, se via impelida em destruir qualquer atividade cultural ligada à reunião ou difusão, do que era tido pelos repressores como manifestações subversivas. As Universidades terão seus cursos da área de Humanas desarticulados pelo regime, por se tratarem de cursos que aguçavam o senso crítico dos jovens.

Os valores da família brasileira eram ameaçados por esses jovens, que na visão dos conservadores seriam Comunistas, que espalhavam o terror e que deveriam ser combatidos. A propaganda ideológica por parte dos meios repressivos servia para distorcer a imagem desses jovens; instituições como a Igreja Católica, também difundiam a imagem do comunista “comedor de criancinhas” alertando a família para o perigo desse sistema político ideológico.

Seria exagero acreditar que toda a Igreja ficaria de fora, ou até mesmo supor que ela tenha ficado sempre de fora. Pelo contrário. De 1964 a 1970 ela marchou ao lado do regime nos momentos decisivos, e a maior parte de sua hierarquia perfilou-se nos momentos

críticos. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação.⁵ (GASPARI, p. 239).

A Igreja Católica prezava pelo “bem estar e a salvação das almas”. Nesse mundo simbólico, permeado pela repressão militar, as pancadas nada tinham de simbólicas, e o caminho entre a vida e a morte para quem estava do lado oposto, ou seja, do lado jovem, era bastante tênue. A juventude do período militar se sentia acuada em seu país, e o que ela tinha de mais produtivo, foi reprimido. A sua criatividade. Mas a força da luta jovem não se rendia e foi através da música de protesto ou pela luta armada, que o jovem conseguiu se manter de cabeça erguida, e as mentes pensantes não deixaram de produzir uma boa música de qualidade, variando de tempos em tempos de acordo com a situação vigente.

Nem sempre compreendida ou quase sempre distorcida, a música popular brasileira serviu para mostrar que essa juventude queria além do protesto, a paixão e a diversão.

Notas

1. Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador, Pós-Graduando em História Social e Econômica do Brasil, criador e moderador do blog: Pesquisando a História: www.uranohistoria.blogspot.com

2. Informação 522/72 H, DO/DOPS, 13/3/72, Fonte: APERJ. Apud NAPOLITANO, op.cit., p.110.

3. Informe "Confidencial" – RJ, 11/10/72, CIE. Apud NAPOLITANO, op.cit., p. 114.

4. Enfatizando a representatividade do visual estético do artista, creio que a imagem também

Um dia talvez possamos aprender que, no fundo de seus corações, as massas, mesmo em países fascistas, saibam secretamente a verdade e não acreditavam na mentira, como pacientes catatônicos que dão a conhecer somente no fim do transe, que nada escapou-lhe. Portanto, pode ser que não seja inteiramente sem sentido continuar falando uma linguagem não facilmente compreendida.⁶

A chamada música de protesto, escrita por dezenas de compositores durante os anos 60, num primeiro momento, representava uma possível intervenção política do artista na realidade social do país, contribuindo assim para a transformação desta numa sociedade mais justa. Mesmo que isso fosse uma esperança para o futuro. O emprego de certas estratégias técnico-poéticas por centenas de compositores serviu para criar um imaginário, tanto por parte dos jovens, que viam na música popular brasileira uma via de protesto, e para os aparelhos repressivos que tentavam decifrar os signos existentes em suas letras. O imaginário repressivo contava com a "paranóia apologética", enquanto o jovem contava com a paixão e a esperança de um mundo melhor.

Apesar de você, amanhã a de ser outro dia...

servia como forma de protesto, e que essa relação entre a sua imagem e de que forma ele era visto pelo aparelho repressivo, trazia um incomodo a todos aqueles que seguiam um padrão esteticamente correto.

5. Para uma visão da reunião que produziu este documento, o autor sugere ver: Célia Maria Leite Costa, Dulce Chaves Pandolfi e Kenneth Serbin (orgs), O bispo de Volta Redonda, pp. 76-78.

6. Horkheimer, 'Art And Mass Culture' SPSS, 9 (1941), p. 304. Apud , op.cit., p.195. Phil Slater, in: Origem e Significado da Escola de Frankfurt, Uma Perspectiva Marxista. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

Referências Bibliográficas

GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada, As Ilusões Armadas. São Paulo, Editora Companhia

da Letras 2002.

NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981), Revista Brasileira de História, São Paul, v. 24, nº 47, p. 103 – 126 – 2004.

SLATER, Phil. in: Origem e Significado da Escola de Frankfurt, Uma Perspectiva Marxista. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. Uido (org.). Las relaciones laborales en Europa – el desafio de la flexibilidad. Madrid: Ministerio de trabajo y seguridad Social, 1992, p. 21-67.



AMÉRICA LATINA HOJE: ELEMENTOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO

.....
Muniz Ferreira ⁱ
.....

Resumo: NO artigo se propõe a oferecer elementos históricos e interpretativos para a compreensão das origens, sentido e perspectivas dos governos progressistas que tem emergido na América latina desde a virada do século XXI na sequência do aparente esgotamento do último ciclo de experiências neoliberais que tiveram lugar em várias partes da região.

Palavras-chave: América Latina, neoliberalismo, governos progressistas

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL

Uma das peculiaridades mais interessantes do momento atual é a “guinada à esquerda”, experimentada por um número crescente de governos latino-americanos nos últimos dez anos. Tal fenômeno, conceituado por alguns comentaristas internacionais como uma “onda vermelha” (sic), se configuraria como uma tentativa, assumida por seus próprios protagonistas, de efetivar uma orientação econômica e social alternativa aos modelos de reforma neoliberal implementados na maioria dos países em questão, ao longo da década e meia. Ao mesmo tempo, tratar-se-ia também de iniciativas destinadas a iniciar a superação do legado secular de subdesenvolvimento, dependência e atraso nas esferas econômica, social e tecnológica. Tais experiências têm se verificado em um leque amplo e diversificado de países

que inclui Argentina, Bolívia, Brasil, Chile ¹, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, na América do Sul, Nicarágua e El Salvador na América Central ². Não obstante as agudas diferenças existentes entre estes países no que concerne aos aspectos políticos, econômicos, sociais e tecnológicos anteriormente mencionados, eles apresentam determinadas similaridades, a saber:

— Um passado primário-exportador comum.

— Esforços incompletos de modernização econômica, em boa parte dos casos através da industrialização substitutiva de importações.

— Tentativas de integração das massas à política e ao mercado consumidor através de mobilizações controladas “de cima” (“populismo político latino-americano”), como nos casos de Argentina, Brasil e Uruguai nas décadas de 40 e 50.

— Experiências políticas de luta pela soberania nacional e elevação da qualidade de vida de amplos segmentos da população através de mobilizações político-sociais e do protagonismo das esquerdas em processos de transformações reformistas ou revolucionárias, como nos casos do Chile (1970-1973) e da Nicarágua (1979-1990).

— Ciclos de governos autocrático-militares de direita, que deixaram como herança o aprofundamento da dependência econômica e das desigualdades sociais (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai), ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século passado.

— Uma fase de vigência de governos neoliberais, responsáveis por um novo período de “modernização” desnacionalizadora e excludente, agora sob as novas condições da democracia política nas duas últimas décadas.

NO AMBITO ECONÔMICO-TECNOLÓGICO

Uma apreciação mais detalhada das inflexões históricas verificadas na vida das referidas sociedades latino-americanas durante a realização das reformas neoliberais das décadas passadas pode nos trazer à luz a ocorrência dos seguintes fenômenos:

a) O abandono dos projetos desenvolvimentistas de modernização econômica e tecnológica característicos dos anos 40-70, anteriormente mencionados;

b) sucateamento e desmonte de boa parte da capacidade industrial instalada durante aqueles anos;

c) aprofundamento da dependência econômica em relação aos centros dinâmicos da economia mundial através da ampliação do endividamento, da defasagem tecnológica e da descapitalização provocada pelo pagamento dos juros das dívidas interna e externa, bem como da depreciação dos termos de troca de seus produtos no mercado internacional;

d) A preservação e em certos casos o retorno à uma condição primário-exportadora em processo de superação nas décadas anteriores, com todas as suas implicações adversas.

NO ÂMBITO SOCIAL

e) Em alguns casos, verificou-se a continuação ou o agravamento das desigualdades decorrentes da reversão dos processos de reforma ou mudança social anteriormente encaminhados (casos de Chile e Nicarágua);

f) O aprofundamento das assimetrias provocadas pelas altas taxas de desocupação provocadas pela reestruturação produtiva e a flexibilização das relações laborais;

g) A intensificação da concentração fundiária e das ameaças ao meio ambiente geradas pela expansão indiscriminada do agro negócio em algumas regiões;

h) A minimização das políticas sociais e sucateamento dos serviços públicos.

NO ÂMBITO INTERNACIONAL

i) Os impactos do colapso das experiências de transição socialista expressos no recuo das esquerdas no plano internacional, com claras repercussões na América Latina;

j) As implicações da tentativa de efetivação, pelos governos estadunidenses, do projeto de redefinição unipolar do sistema internacional e reordenamento geoestratégico do poder mundial no interior do qual o tema da segurança e do combate ao terrorismo marginalizou as discussões sobre ajuda econômica, cooperação e

k) desenvolvimento preconizadas pelos países periféricos, entre os quais os latino-americanos;

l) Num dado momento, as preocupações da superpotência hegemônica com seu programa de reorganização geopolítica do globo conduziram a uma hipertrofia de suas atenções com o Oriente Próximo, provocando, como corolário, um relativo “esquecimento” da América Latina. Tal indiferença foi possibilitada pela reafirmação das relações históricas de subordinação dos países do subcontinente aos EUA, pelo refluxo dos processos revolucionários insurrecionais na América Central: a interrupção da revolução nicaragüense nos anos 90, o aprofundamento do isolamento de Cuba e a adesão quase unânime dos governos do subcontinente ao chamado “Consenso de Washington”;

m) E em um momento posterior, tivemos o aprofundamento da crise econômico-social provocada pela própria implementação das reformas neoliberais. Tal fato, associado à

ausência de Washington na região e sua indiferença com as dificuldades experimentadas pelos países da área (crise argentina), conduziu à corrosão das bases do “Consenso de Washington”. Com isto, processou-se também o esvaziamento da liderança política e diplomática norte-americana, sobretudo na América do Sul, criando as condições para o advento deste ciclo progressista.

ELEMENTOS DE TIPOLOGIA

Ao se considerar a constelação de experiências pós-neoliberais ora em curso no subcontinente latino-americano, faz-se necessário compreender o caráter de cada alternativa governamental à luz dos condicionamentos histórico-sociais que os engendraram. Desvinculados de qualquer tentação à mimetização de sistemas anteriormente existentes, cada um dos governos participantes deste ciclo progressista têm, nas circunstâncias que geraram seu aparecimento, nas demandas de suas forças políticas e sociais propulsores e na criatividade de seus líderes, os substitutivos dos modelos do passado. Com base nesta pressuposição, podem ser classificados de acordo com certo número de situações similares:

I) Governos cuja emersão foi precedida por sérias crises institucionais e mobilizações populares de grande envergadura: (Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai e Venezuela).

II) Governos constituídos como resultado da conquista do protagonismo eleitoral por parte de coalizões de centro esquerda apoiadas por movimentos populares, após um período médio ou longo de intervenção político social: (PT no Brasil, Frente Ampla no Uruguai).

III) Administração instaurada na seqüência de governo moderado de centro esquerda anteriormente existente (Chile).

IV) Governo reempossado pelo voto após a

interrupção de experiência revolucionária anterior, em contexto diverso, agora com agenda reciclada: (Nicarágua).

V) Antiga formação político-militar alçada pela primeira vez ao governo após acordos de pacificação e mais de duas décadas de participação ativa nos processos políticos institucionais (El Salvador).

ELEMENTOS DE DIFERENCIAÇÃO

Alguns dos governos considerados aqui se estabeleceram no momento em que suas sociedades se encontravam no limiar do colapso econômico e social e da conflagração civil (casos de Bolívia, Equador e Venezuela), no contexto de levantes de massas e choques armados entre forças, as repressivas e os movimentos populares. O caráter explosivo destas circunstâncias pode ser um fator útil para a compreensão da natureza das iniciativas e das retóricas de seus dirigentes quando à frente dos referidos estados.

Outros assumiram para fazer frente a um quadro de estagnação econômica prolongada e deterioração do tecido social responsáveis pelo rebaixamento de seus padrões históricos de estabilidade econômica e bem estar social, tendo na reversão de tal quadro o ponto forte de sua agenda (Argentina e Uruguai).

No caso do Chile, tratou-se de uma administração que ascendeu impulsionada por expectativas de compatibilização de um relativo equilíbrio econômico com um comprometimento mais forte com as reivindicações sociais. Compromisso este não concretizado satisfatoriamente pelo governo antecessor do mesmo partido e aparentemente também cumprido pela senhora Bachelet, como se pode deduzir do desânimo demonstrado pelas classes populares em relação à candidatura do nome indicado pela ex-presidente à corrida sucessória³.

No que concerne ao processo brasileiro, as duas eleições de Luiz Inácio Lula da Silva podem ser associadas à manifestação de amplos setores das classes subalternas no sentido da contenção e do início da reversão das políticas de devastação social, aplicadas pelas classes dirigentes e as elites políticas brasileiras desde o colapso dos experimentos getulista e trabalhista. Conquanto sua agenda econômica tenha se notabilizado pela conservação dos principais componentes estruturais da orientação macroeconômica dos dois governos FHC, a acomodação de um amplo contingente dos setores mais miseráveis da população sob o cobertor de seus programas assistenciais, acabou representando o principal diferenciador de seu governo em relação às quase quatro décadas de administrações ditatoriais, conservadoras e neoliberais que o antecederam.

A situação nicaragüense oferece o enigma do retorno ao poder pelo voto de uma liderança outrora revolucionária, em um novo cenário político, distante da conflagração político-social pretérita, porém aparentemente saturada da orientação liberal conservadora adotada pelos governos dos 17 anos anteriores (1991-1997). A interrogação: quem são os novos Daniel Ortega e Frente Sandinista de Libertação Nacional? E que ligação ainda mantêm com seu passado comum? São indagações ainda carentes de resposta, mas cujos indícios já podem ser lidos na convergência orteguiano-sandinista com o projeto de integração bolivariana do presidente da Venezuela.

Por fim, o caso singular de El Salvador, no qual a Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), antiga coalizão guerrilheira chega ao governo após mais de uma década de enfrentamentos armados, seguida acordos que garantiram sua integração pacífica no sistema político-partidário do país, culminando com seu triunfo em uma eleição na qual se apresentou com uma faceta bem mais moderada do que nos primórdios de sua atividade. Não obstante, o

peso simbólico de sua formação histórica, somado ao relacionamento peculiar que manteve ao longo do tempo com as classes populares de El Salvador, alimentam as expectativas de um direcionamento político alternativo aos padrões neoliberais e conservadores.

CONSTRAGIMENTOS E DESAFIOS

Porém as forças que operam em função das modificações econômicas e sociais, a partir de posições já ocupadas nos governos da América Latina, não têm diante de si um “céu de brigadeiro”. O controle secular do aparato estatal por parte das classes dirigentes tradicionais através das elites políticas conservadoras e liberais tem cobrado e ainda cobrará um elevado preço. Esta afirmação tem a ver com a vigência de concepções elitistas, antipopulares, autoritárias e, por vezes, racistas profundamente enraizadas na mentalidade e na cultura institucional de amplos setores da oficialidade militar, do corpo jurídico e das altas esferas do Poder Judiciário. Mas também se refere aos óbices institucionais que muitas vezes delimitam as prerrogativas do Poder Legislativo diante de questões cruciais que envolvem temas delicados e sensíveis como os da reforma agrária, do status das empresas estrangeiras e dos direitos sociais.

Toda vez que tais questões são trazidas para o centro do debate sobre as mudanças econômicas e sociais efetivas a serem empreendidas pelos novos governos latino-americanos, desencadeia-se uma encarniçada guerra de posições. No curso de tais embates, cada parágrafo constitucional converte-se em uma trincheira de luta; cada iniciativa legiferante, uma batalha; cada posicionamento frente a uma reivindicação dos movimentos sociais, uma crise anunciada. Tais circunstâncias simplesmente confirmam aquilo que não poderia faltar a nenhum prognóstico realista acerca das perspectivas dos novos governos latino-americanos, a inevitabilidade da abertura de uma fase de fortes contradições

entre a agenda de mudanças progressistas destes e a inevitável resistência dos grupos econômicos e classes sociais historicamente privilegiados no seio de nossas sociedades.

Estas situações são ainda agravadas nos casos em que as propostas de um reformismo forte por parte de alguns governos são embaraçadas pela privação de maiorias parlamentares capazes de impulsionar as reformas mais importantes pela via parlamentar. É este o drama com o qual tem se deparado governos como o do Equador e com o qual se deparará seguramente o recém eleito presidente do Paraguai. Mesmo quando alguns destes governos contam com sólido apoio nas casas legislativas, como nos casos da Argentina, do Brasil, do Chile (De Michele Bachelet) e do Uruguai, a heterogeneidade da composição do próprio governo e de sua base de apoio parlamentar, que inclui forças políticas moderadas e liberais, contra-indica iniciativas governamentais mais ousadas na implementação de uma agenda social. Explicam-se assim os casos nos quais alguns dos governos enfocados (nomeadamente os da Bolívia, Equador e Venezuela) têm optado por investir na implementação de seus programas de reforma, contornando as limitações da institucionalidade político-representativa preexistente através da substituição desta por novos mecanismos de democracia plebiscitária e profundas reformas constitucionais.

Tais iniciativas, que colocam em sobressaltada defensiva as antigas elites políticas e as classes dirigentes destas nações, buscam desarmar a bomba relógio da crise institucional que conduziu ao colapso a primeira iniciativa de consumação de profundas reformas econômicas e sociais nos marcos da institucionalidade político-estatal liberal-democrática, realizada durante o governo de Salvador Allende. Cercando-se de salvaguardas institucionais os governos mencionados não suprem, no entanto, o cenário de agudos enfrentamentos com as

forças da oposição. Muito pelo contrário, transferem seu centro nervoso para o âmbito da sociedade civil, tornando a reação dos agentes econômicos que compõe as classes dirigentes nacionais antagonistas exacerbados, propensos ao estímulo de todas as formas de confrontação político-social, as quais não excluem a prática de atos de desestabilização econômica e o apoio generoso às intencionalidades golpistas, sem deixar de investir também na cisão entre os governos de reformismo forte e suas bases sociais através da utilização de vastos recursos publicitários e do manejo dos meios de comunicação.

À luz dos elementos liminarmente indicados neste texto, entendo que as condições necessárias para que o novo momento criado pela ascensão das lideranças e movimentos políticos e sociais progressistas na cena governamental latino-americana não se converta em uma simples “onda” são as seguintes:

a) Incorporar efetiva e permanentemente as massas na política através do aperfeiçoamento dos mecanismos de representação capazes de propiciar o alargamento das instâncias de participação popular e viabilizar o monitoramento do governo pelos cidadãos e a sociedade civil organizada;

b) Fazer avançar o processo de mudanças econômicas e sociais de forma consistente, refletindo o estágio efetivo de mobilização social e correlação de forças políticas existentes em cada momento e lugar;

c) Promover a superação gradual e efetiva dos aspectos, instituições e relações responsáveis pelas situações de exclusão política, concentração de poder econômico e déficit de soberania nacional.

É necessário, sobretudo, que tais governos, em suas escolhas políticas, diplomáticas e econômicas, considerem os reclamos e necessidades dos povos que os escolheram,

diante dos quais comparecerão inexoravelmente para o ajuste de contas ao final dos seus ciclos de permanência à frente dos respectivos estados nacionais e a este respeito, o recente episódio chileno pode servir como uma valiosa lição.

CONCLUSÃO

Para além das diferenças indicadas, lideranças político-partidárias e líderes sociais comprometidos com as experiências dos governos pós-neoliberais da América Latina contemporânea compartilham algumas percepções comuns. A mais elementar de todas diz respeito à existência de um déficit estrutural de soberania em relação à potência hegemônica em toda a região, os Estados Unidos. Porém, a originalidade do momento atual vivido pela América Latina consiste em que, pela primeira vez na história, forças políticas consideradas progressistas, formadas no seio das esquerdas e apoiadas por movimentos sociais importantes participam simultaneamente de coalizões de governo em um conjunto significativo de países, incluindo a quase totalidade dos estados mais relevantes da região. Esta novidade histórica representa a quebra do monopólio do exercício do poder por parte dos círculos oligárquicos e pelas classes dirigentes burguesas organicamente vinculadas ao grande capital internacional nestas sociedades. Tal modificação política transcorreu em um contexto no qual a América Latina, de forma geral, se situa à margem das linhas de força da principal confrontação internacional do momento. Em outras palavras, a dissipação da atmosfera internacional da guerra fria gerada pela antiga confrontação leste-oeste e o novo cenário de reordenamento geopolítico e geoestratégico internacional, que conduziram os centros nervosos da política mundial para o próximo Oriente, criaram condições favoráveis para a emergência das forças progressistas para o primeiro plano da vida política nos países considerados. Tratava-se de um cenário certamente

distante daquele existente nos anos que os Estados Unidos concentravam boa parte do peso de seu aparato de “contenção do comunismo” na América Latina: na organização, sustentação e apoio de atos de desestabilização e contra-insurgência visando governos ou movimentos reformistas ou revolucionários da região. Tais procedimentos outrora paradigmáticos passaram a adquirir um caráter limitado e pontual, a exemplo do Plano Colômbia, diferentemente da intervenção ostensiva, ainda que indireta, no plano militar como nos tempos da doutrina dos “conflitos de baixa intensidade”.

Agora porém, passados os dois governos George W. Bush e configurada a tendência de giro à esquerda em boa parte do continente, a nova administração estadunidense dá sinais de pretende redefinir o lugar da América Latina em seu portfólio de prioridades. O exemplo paradigmático desta mudança de atitudes

pode ser constatado pelo papel desempenhado pelo governo Obama na condução do desfecho da crise hondurenha. Tal crise, provocada pelas intenções de um presidente eleito por uma coalizão liberal-conservadora, em alterar as regras da institucionalidade político-eleitoral através de um processo plebiscitário, trouxe de volta à política latino-americana o recurso extremo através do qual as classes dominantes e seus representantes políticos, procuram reverter situações que lhe são desfavoráveis: o golpe de estado. As manifestações de apoio ao projeto integracionista do presidente Hugo Chavez por parte de Manuel Zelaya foi o argumento definitivo para que o governo dos EUA e seus aliados da região relativizassem suas altissonantes proclamações de defesa da democracia e da legalidade e justificassem uma quartelada que em nada se distinguiu de dezenas de criações semelhantes forjadas na oficina do hegemonismo estadunidense neste subcontinente.

Notas

1. A recente vitória do candidato da direita chilena no último pleito eleitoral não compromete a caracterização esboçada aqui. A meu ver a experiência anterior dos governos Lagos e Bachelet, ainda que contidas nos limites gerais de uma orientação macroeconômica na qual predominavam elementos neoliberais, representaram ensaios de relativização dos componentes mais “duros” daquela orientação. Sua não subordinação incondicional aos ditames da ortodoxia neoliberal explica a pesada ofensiva da direita política e das classes dirigentes

chilenas na reconquista do governo daquele país através da eleição do milionário Sebastián Piñera.

2. O caso hondurenho será considerado mais adiante.

3. Por sinal, também um ex-presidente democrata-cristão, Eduardo Frei.

i. Professor de História Contemporânea e Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia.

RESENHA:

Pinheiro, M.; Ferreira, M. & Moreno, R. (2009). Marx: interprete da contemporaneidade. Salvador: Quarteto/UNEB.

Por: Ilka Dias Bichara ¹

Ao organizar o Seminário “Karl Marx: intérprete da contemporaneidade” o CEMARX da UNEB e Instituto Maurício Grabois, reuniu 10 diferentes contribuições sobre a atualidade do pensamento marxista. As diferenças a que nos referimos não se encontram apenas no fato do Seminário tratar de diferentes temáticas de suas várias mesas, mas principalmente, das leituras que seus integrantes trazem sobre a própria obra de Marx, sendo uns claramente adeptos de seu pensamento e militantes na defesa de seu legado e outros mais, ou menos, críticos tanto do próprio Marx como da tradição revolucionária marxista. Assim, a obra decorrente de tal Seminário se constitui, ela própria, em um belo exemplar da contemporaneidade do marxismo por mostrar, em suas páginas, um debate de idéias vivo e eloqüente tanto em torno da própria interpretação das obras e principais conceitos formulados por Marx, como da aplicação do seu pensamento na reflexão e busca de entendimento de fenômenos sociais atuais como a crise do capital e as relações internacionais.

É possível acompanhar o debate sobre três vertentes do pensamento marxista: a filosófica, a econômica e a que trata da luta revolucionária, sem, contudo, segmentá-las, permitindo ao leitor ir e vir de um assunto a outro, de uma reflexão a outra, sem se cansar nem ficar com a impressão que se trata de um programa de disciplina acadêmica.

Outrossim, boa parte de seus capítulos serve

como referência acadêmica de alto nível, constituindo-se alguns em excelentes sínteses como por exemplo “A mundialização dos mercados e as relações internacionais” de Muniz Ferreira e “Marx e a internacionalização do capital” de Ricardo Moreno; quanto de aplicação do pensamento marxista a questões pontuais, a exemplo do capítulo “O vigor do pensamento marxista e a crise do capital” de Milton Pinheiro. Em outros ainda é possível acessar verdadeiras aulas sobre a compreensão do pensamento de Marx como no capítulo “Visão do mundo e método de conhecimento no Materialismo de Karl Marx” de Milton Barbosa e mesmo em “Marx e a Filosofia: a fundação do materialismo moderno” de José Carlos Ruy e “Por uma concepção dialética do marxismo: notas histórico-metodológicas sobre o marxismo como teoria política” de Eurelino Coelho.

Assim, nos 10 capítulos que compõem esta obra, o leitor aprende sobre a obra de Marx, acompanha o debate atualizado sobre a crise do capital e, de certa forma, é provocado sobre questões como a importância do legado filosófico de Marx e as possibilidades e caminhos de uma revolução no Brasil de hoje.

Como está dito em um de seus capítulos (Lessa, 2009:135) “A atualidade do marxismo é um tema vastíssimo, pelo menos tão vasto quanto sua própria obra. É também um campo cheio de armadilhas e de artimanhas...” A obra organizada por Milton

Pinheiro, Muniz Ferreira e Ricardo Moreno apresenta-se assim, vasta e ampla, com algumas artimanhas (mérito particular de alguns autores), mas sem armadilhas. Trata-se de um painel honesto sobre diferentes temas com diferentes visões, tendo como ponto de unidade a admiração de todos seus autores ao mais importante de todos os pensadores da modernidade, cujo legado, concluímos ao final da leitura, é atual, denso e instigante.

Assim, “Marx: intérprete da contemporaneidade” é uma obra imprescindível a estudiosos do pensamento de Marx, críticos e, principalmente, aprendizes do pensamento marxista, pois ao

abordar tanto a teoria quanto sua aplicação aos temas atuais, a sua leitura nos permite acessar um pensamento vivo, atual e imprescindível a todos aqueles que sonham e lutam por uma sociedade justa e igualitária. Demais não é afirmar que se trata também de uma obra bem acabada, bem organizada, de leitura fácil, apesar de abordar temas de razoável profundidade, sem cair no academicismo exagerado nem no debate apenas no âmbito político. É uma obra que equilibra a informação, a reflexão e a polêmica podendo assim transitar na academia, nos movimentos sociais, partidos políticos, enfim em todos os ambientes onde existam interessados na obra de Marx, seu conteúdo e sua aplicação.

.....

Nota

1. Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia.

.....

RESENHA:

A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo

Edmilson Costa
São Paulo: Editora Expressão Popular, 216 p.

.....
Por: Milton Pinheiro ¹
.....

O processo de globalização que envolve hoje toda a economia vem produzindo um conjunto de fenômenos novos na economia mundial e na sociedade, bem como interferindo na vida social da humanidade. Fruto de internacionalização da produção e da internacionalização financeira, a globalização tem produzido também um grande debate entre economistas, sociólogos, cientistas políticos, filósofos, entre outros intelectuais sobre a natureza da globalização.

Com a globalização, o sistema capitalista se transformou num sistema completo, uma vez que este modo de produção só era completo no período anterior no que se refere a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial e a exportação de capitais. Ao se transformar num sistema maduro internacionalmente o capitalismo unificou globalmente o ciclo econômico mundial, possibilitando, dessa forma, o surgimento de crises mundiais completas.

Essas idéias chave estão desenvolvidas num instigante livro do professor Edmilson Costa – A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo, lançado recentemente pela Expressão Popular. Resultado de sua tese de pós-doutoramento realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em 2002, da UNICAMP, o livro tem em cada capítulo cinco eixos teóricos que envolvem o capitalismo contemporâneo, a saber: o debate em torno se há ou não globalização, a natureza da concentração e centralização do

capital. A internacionalização da produção e das finanças e a macro-organização do capital.

Ao contrário dos que afirmam que a globalização é um mito, que busca mistificar os objetivos das transnacionais de ampliar seus espaços nos mercados mundiais, ou que a globalização existiu desde os tempos em que Marco Pólo abriu as fronteiras para as transações comerciais entre Ocidente e Oriente, o livro sustenta que a globalização é uma singularidade originária do capitalismo contemporâneo e se constituiu a partir de internacionalização da produção e das finanças na segunda metade do século XX. Por suas particularidade e pelos fenômenos novos que vem produzindo pode ser considerada uma nova fase do capitalismo.

No entanto, este processo que se desenvolve em escala mundial não tem a possibilidade de desenvolver plenamente as forças produtivas em função das limitações estruturais do sistema capitalista nesta etapa da história. “A globalização incorporou inovações tecnológicas radicais, mas o sistema global de produção não pode desenvolver-se plenamente em função de suas contradições e, especialmente, dado o caráter de insuficiência mundial da demanda solvável”.

Isso porque, do ponto de vista macroeconômico, quanto mais o capitalismo se desenvolve, mas aprofunda a contradição entre o caráter social da produção e a

apropriação privada de seus resultados, especialmente neste período de incorporação generalizada de ciência na produção. Ou seja, no momento em que o sistema tem as maiores possibilidades de desenvolver suas forças produtivas, é exatamente neste momento que está limitado seu potencial de realização das mercadorias em função de insuficiência de demanda efetiva, o que torna muito difícil fechar a equação produção-demanda.

O livro do professor Edmilson Costa discute também o longo processo histórico de concentração e centralização do capital para demonstrar que as atuais empresas transnacionais são frutos da própria natureza do capital, que é de concentrar-se e centralizar-se continuamente e cujo resultado foram a formação dos trustes e cartéis no período que vai de 1875 a 1910 e as próprias empresas transnacionais globalizadas da atualidade. Trata-se de um movimento do capital já previsto por Marx em meados da década de 40 do século XIX.

Um dos momentos mais instigantes do livro é quando se analisa o processo de internacionalização da produção. O autor enfatiza que esse processo, comandado pelas firmas transnacionais dos países centrais, está espalhado pelo mundo inteiro, mediante dezenas de milhares de filiais destas empresas em todos os continentes, o que consubstancia o fato de que este fenômeno, como intuía Michalet na década de 80, faz com que a burguesia passe a extrair direta e generalizadamente, pela primeira vez na história, o valor fora de suas fronteiras nacionais.

Esse processo de acumulação transforma as burguesias dos países centrais em exploradoras diretas dos trabalhadores em nível mundial. Até então, a burguesia capturava a mais-valia dos países periféricos por meio do comércio mundial e da exportação de capitais. Além disso, a globalização também muda o perfil da classe operária, em função dos novos ramos

industriais que emergem da terceira revolução industrial, que engloba a microeletrônica, as tecnologias da informação, a engenharia genética, a biotecnologia, os novos materiais, entre outros. Esses novos ramos necessitam de uma classe operária mais instruída e mais especializada.

Esta nova classe, pelo seu perfil e por sua posição no interior da fábrica, pode ser o contraponto efetivo para a emancipação dos trabalhadores, pois não se trata mais de operários tayloristas que cumpriam um trabalho rotineiro e programado no chão da fábrica, mas de um novo contingente, uma nova classe, com um papel muito mais importante e determinado que os operários da segunda revolução industrial. Como o próprio autor sugere polemicamente:

“Não deverá ser surpresa se dentro de alguns anos, cientistas assalariados, analistas de sistemas, os engenheiros ou ferramenteiros eletrônicos (os construtores dos chips), os cientistas da genética e da biotecnologia, os físicos da nanotecnologia ou os web designers da internet liderar um movimento operário e buscarem a transformação necessária para a construção de um novo sistema econômico”.

Um outro capítulo instigante é o que analisa a globalização financeira. O autor defende que este fenômeno também ocorre no bojo da internacionalização da produção, mas ganha certa autonomia com o desenvolvimento das finanças, especialmente com o processo de desregulamentação e livre movimentação dos capitais iniciado com os governos Reagan e Thatcher. Essa performance monetarista global, impulsionada pelo neoliberalismo, fez com que o capital pudesse se auto-acrescentar ao longo das 24 horas por dia e desenvolver um sistema financeiro especulativo que subordinou todas as outras esferas do capital aos interesses das finanças.

Para se ter uma idéia, antes da crise

econômica mundial, o volume de recursos especulativos que circulavam na esfera financeira eram mais de 10 vezes maiores que aqueles que estavam alocados na órbita da produção. Essa dinâmica especulativa aprisionou o Estado e seu orçamento a serviço do capital financeiro, mediante o aumento da dívida pública e pagamentos de juros cada vez mais crescentes; e também colocou as empresas produtivas a se envolverem crescentemente com os negócios financeiros e com a lógica de curto prazo, invertendo assim o horizonte temporal do planejamento empresarial.

O desenvolvimento acelerado da financeirização da riqueza, como afirma o professor Edmilson, aprofundou o fosso entre a órbita das finanças e a economia real, abrindo espaço para a possibilidade de crises sistêmicas que viria a se materializar em 2008. No entanto, essa financeirização significou também o contraponto funcional para a incapacidade do sistema capitalista desenvolver suas forças produtivas. Todavia, esta nova aventura do capital especulativo aprofunda a possibilidade de crise geral do sistema, uma vez que se torna impossível, no

longo prazo, a reprodução do capital sem obedecer a lei do valor.

“A criação da riqueza na órbita financeira é uma aventura sem futuro, uma miragem capaz de levar momentaneamente parte dos capitalistas ao delírio, ofuscando sua visão global de futuro. No entanto, quanto mais aprofundam esse modelo, mas ampliam a possibilidade de uma crise geral do sistema” Essas palavras, escritas em trabalho concluído em 2002, pareciam heréticas, se o autor não tivesse ainda intuído que estava em construção uma grande crise global do capitalismo como realmente aconteceu. “Os sintomas desse fenômeno já podem ser verificados desde a crise do México, em 1994, quando aquele País era modelo de implantação do neoliberalismo. Posteriormente, a crise financeira atingiu um continente inteiro, desestruturando essas economias. Em seguida a crise alcançou a Rússia, depois o Brasil e a Argentina, cuja desestruturação foi tão profunda que pode ser considerada um modelo antecipado da crise econômica global”. Uma argumentação que se mostra muito pertinente e bastante colada à realidade.

.....

Nota

1. Professor de Sociologia e Ciência Política da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

.....

ESPAÇO MARX

FSMT Salvador inaugura debate sobre a atualidade do Marxismo e a Nova Luta pelo Socialismo

Antonio Barreto ¹

A exemplo do que já ocorrera em edições anteriores do Fórum Social Mundial, a sua décima edição de Porto Alegre foi estendida com o Fórum Social Temático, desta vez em Salvador, que trouxe como tema a crise mundial e suas oportunidades.

Dentre a diversificada programação que se desenvolveu na capital baiana, chamou atenção à atividade auto gerenciada intitulada de Espaço Marx.

As atividades do Espaço Marx, organizadas pelas Fundações Maurício Grabois, Dinarco Reis e Lauro Campos foi uma novidade. Pela primeira vez o debate sobre a teoria marxista aconteceu no FSM e ajudou a elevar o nível político e levar para o Fórum o debate das idéias revolucionárias para a luta dos povos por uma sociedade sem explorados e exploradores.

As atividades do Espaço Marx do FSMT Salvador aconteceram no auditório do Sindicato dos Bancários que ficou pequeno para o público que se mostrou interessado em participar dos debates.

Foram quatro mesas de debates tendo a primeira tratando da estratégia da revolução brasileira, e que teve como debatedores José Reinaldo de Carvalho (PCdoB), Sandro Santa Bárbara (PCB) e Jorge Almeida (PSOL). Nessa mesa, os debates giraram em torno de questões relacionadas com revolução e a questão nacional, análise classista do governo Lula, a correlação de forças na política brasileira e o caminho da revolução no Brasil, que passa, segundo José Reinaldo, por um Novo Projeto Nacional

de Desenvolvimento e pela intensificação da luta antiimperialista, do movimento de massas e das alianças políticas, tendo como núcleo central as forças progressistas. Destacou ainda o dirigente do PCdoB a importância da “política eleitoral, da participação dos comunistas na atividade institucional e o avanço de uma política progressista na América Latina”.

A segunda mesa que teve como debatedores o professor Muniz Ferreira (PCB) e o Jornalista José Carlos Ruy (PCdoB), expuseram as primeiras contribuições e o desenvolvimento do marxismo no Brasil, com destaque para a trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB), as divergências e a cisão do Partido de 1957 / 1962 e a luta atual para o desenvolvimento da teoria marxista.

No 2º dia, pela manhã, debateu-se as “experiências socialistas do século XX”. Esta mesa foi composta pelo sociólogo José Luiz Del Roio, Ricardo Abreu (dirigente nacional do PCdoB), o dirigente do Partido Comunista de Cuba, Miguel Hernandez e Valério Arcary, do PSTU. José Luiz Del Roio e Ricardo Abreu, em suas intervenções externaram as divergências de idéias com o dirigente do PSTU, afirmando que a luta pelo socialismo se fez no passado e ainda hoje em condições muito difíceis, tendo que se levar em conta a correlação de forças na luta política, as formas de luta, a participação das massas no processo revolucionário, o desenvolvimento das forças produtivas e das novas relações de produção no sistema capitalista e na atualidade, as novas condições da investida imperialista.

Del Roio chegou a afirmar que tem sempre gente que critica tudo, porque acredita numa visão idealista do socialismo. O dirigente comunista cubano Miguel Hernandez, com toda a sua experiência de construção do socialismo em Cuba, sob cerco imperialista há 50 anos, não deixou por menos. Rebateu uma a uma as análises idealistas e por vezes sectárias sobre as experiências socialistas do século XX e a árdua tarefa atual de manter viva a idéia do socialismo sob condições de cerco imperialista.

Os trabalhos do espaço Marx foram fechados ainda com o auditório lotado, com uma

.....

Nota

1. Pedagogo, Colaborador da Revista Dialética.

.....

conferência proferida pelo Professor Renildo Souza sobre a “Crise do Capitalismo e suas perspectivas”, tendo o conferencista levantado os fundamentos e algumas idéias para a saída da crise e a necessidade da luta pela alternativa socialista.

Uma semente então foi plantada, cabe agora manter a presença da interlocução dos marxistas, elevando o debate político e teórico e contribuindo nas próximas edições do Fórum Social Mundial.

NESTA EDIÇÃO

O fim do regime de Bretton Woods como reação do Império Norte-Americano

Marcelo Pereira Fernandes

Quilombo Contemporâneo

Thilyany Souza

Somos Diferentes – Somos Iguais: construção e desconstrução do conceito raça

Thilyany Souza

A atualidade de “O capital” – 142 anos depois

Sérgio A. M. Prieb

Regime autoritário e música popular brasileira: Uma alternativa de protesto

Urano Andrade

América Latina hoje: Elementos para uma interpretação

Muniz Ferreira

Marx: interprete da contemporaneidade

Ilka Dias Bichara

A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo

Milton Pinheiro

FSMT Salvador inaugura debate sobre a atualidade do Marxismo e a Nova Luta pelo Socialismo

Antonio Barreto